

GLAUCY DE MOURA

COLETÂNEA DE TEXTOS PARA O 2º GRAU  
ANÁLISE

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras - Linguística, do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do grau de Mestre em Linguística.

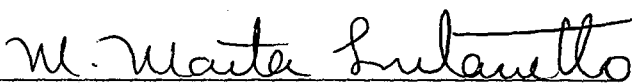
FLORIANÓPOLIS

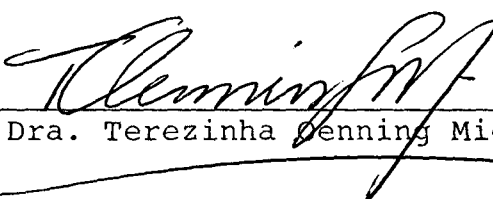
1989

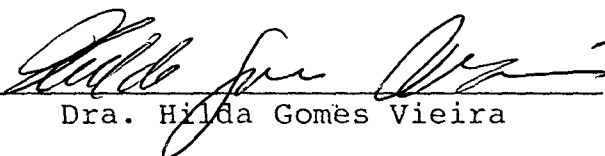
Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do grau de Mestre em Letras - Lingüística e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Catarina.

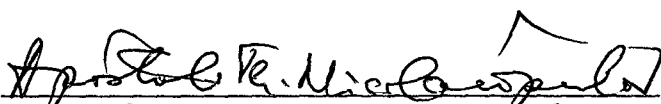
  
Dra. Maria Marta Furlanetto.

Apresentada perante a banca examinadora composta dos professores

  
Dra. Maria Marta Furlanetto  
(orientadora)

  
Dra. Terezinha Penning Michels

  
Dra. Hilda Gomes Vieira

  
Dr. Apóstolo Teodoro Nicolacópulos  
(suplente)

À minha mãe, sem a qual não seria possível superar os momentos difíceis por que passei.

A meus irmãos, pelo impossível que sempre me fizeram.

À memória de meu pai, ausente, mas sempre presente nas minhas recordações.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter-me dado a oportunidade de conviver na amizade e dedicação

de Maria Marta Furlanetto, professora, doutora, amiga dedicada que orientou este trabalho dando-me apoio em todos os momentos;

do professor doutor Apóstolo Theodoro Nicolacópulos, pelo incentivo constante e pelo carinho que demonstrou por mim, encorajando-me a prosseguir nessa luta;

dos demais professores do Curso de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina, nas pessoas dos professores Dra. Terezinha Oenning Michels e Dr. Jean-Pierre Angenot, pelo desempenho em minha formação lingüística;

de todos os colegas do Curso, e de Elza Pereira de Souza, secretária do Curso de Pós-Graduação em Lingüística, pela compreensão e carinho que sempre nos dedicou.

## SUMÁRIO

RESUMO .....	v
ABSTRACT .....	vi
INTRODUÇÃO .....	1
Capítulo I	
<b>O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA</b> .....	4
1 Do ponto de vista oficial .....	4
2 O ensino da língua e a gramática tradicional ..	9
Capítulo II	
<b>A TEORIA DO TEXTO</b> .....	13
1 Lingüística textual .....	13
2 Critérios de textualidade .....	16
3 Discurso e texto .....	26
4 Coesão e coerência textual .....	32
5 Tópico e comentário .....	36
6 Tipologia textual .....	39
Capítulo III	
<b>AS MARCAS LINGÜÍSTICAS DA ARGUMENTAÇÃO</b> .....	50
1 Uma visão argumentativa da linguagem .....	50
2 Classe e escala argumentativa .....	52
3 Os operadores argumentativos .....	53
Capítulo IV	
<b>ANÁLISE DE TEXTOS</b> .....	76
1 Critérios de seleção .....	76
2 Apresentação e análise dos textos .....	77
<b>CONCLUSÃO</b> .....	110
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	112

## RESUMO

O campo de nosso estudo circunscreve-se à organização de uma coletânea de textos, como proposta para uma análise textual, visando a dar nossa contribuição para o desenvolvimento da pesquisa lingüística e aprimoramento do ensino do Português.

Partindo do pressuposto de que o enunciado é o produto do ato da enunciação, nosso objetivo geral é evidenciar as marcas desse ato no produto e demonstrar, através de textos, o funcionamento de alguns elementos de textualidade, procurando estabelecer uma tipologia mais adequada e coerente.

Adotando uma perspectiva de abordagem textual da linguagem, dentro do enfoque teórico de uma macrossintaxe, destacando a argumentativa como fenômeno ideológico, efetuamos uma análise dos textos selecionados, com a finalidade de conscientizar o aluno de que certas marcas, algumas inseridas na própria gramática da língua, permitem não só apreender a intencionalidade subjacente ao texto, como também recriá-lo, a partir de sua vivência, de seu conhecimento e de sua construção do mundo.

## ABSTRACT

The present work limits itself to the organization of a collection of texts – as a proposal for a textual analysis – aiming at contributing to the development of linguistic research and to the improvement of Portuguese language teaching.

Starting from the assumption that the utterance is the product of the speech act, we aim at clarifying the markers of the act in its product and at showing – through the selected texts – how certain textual markers operate. Following these aims an attempt is made to establish a more adequate and coherent typology of texts.

Adopting the textual approach to language – within the theoretical frame of macro-syntax – focusing on argumentation as an ideological phenomenon, put into effect an analysis of the texts as an attempt to make the students aware of the fact that these markers – some of which are inserted in the very grammar of the language – make it possible not only to apprehend the intentions underlying the text, but also to re-construct it, on the basis of their own experience, background knowledge, and view of the world.

## INTRODUÇÃO

O entusiasmo pelos estudos lingüísticos despertou em nós quando iniciamos a vida no magistério. Muitos problemas a serem vencidos (condição idêntica à de todos que começam), mas, difícil foi o sentir que ensinávamos aos alunos um português irreal, artificial, distante da experiência dos que aprendem.

O ensino da língua foi desviado unicamente para a teoria gramatical, aliado a um conjunto de textos desligados da realidade, afastados dos interesses e das necessidades das crianças e adolescentes, via livros didáticos.

A própria terminologia sucedânea — comentário do texto, estudo do texto, interpretação do texto, etc. — mostra a desagregação do sentido primeiro da lingüística textual. Ora, a escolha dos textos não deve ser feita, contrariamente aos hábitos pedagógicos, em função do nível lingüístico dos alunos, mas em função de seus conhecimentos dos fatos extralingüísticos e sócio-culturais.

Este foi o nosso propósito quando procuramos selecionar alguns textos para análise, centrada, sobretudo na semântica argumentativa — operadores argumentativos —, firmando-nos nas posições de O. Ducrot e C. Vogt.



Iniciamos nosso trabalho com uma abordagem sobre os objetivos do ensino do português, do ponto de vista oficial, em que se procura equacionar a questão referente às diretrizes para o aperfeiçoamento do Ensino/Aprendizagem da Língua Portuguesa, para as séries do 1º e 2º graus, apresentados como desdobramento dos objetivos gerais da Resolução 8/71 do Conselho Federal de Educação (CFE).

Apresentamos também uma rápida observação sobre o Ensino e a Gramática Tradicional, a necessidade de revisão da gramática, e os fatores que contribuem para o seu empobrecimento.

Prosseguindo com o estudo, voltamo-nos para a natureza textual da linguagem — teoria do texto —, estabelecendo os critérios de textualidade (intencionalidade, aceitabilidade, intertextualidade), que, interligados aos fatores de Coesão e Coerência, possibilitam as diferentes definições de "Discurso e Texto", percorrendo os caminhos desenvolvidos por Halliday (1973), Schmidt (1973), M. Metzeltim e M. Candeias (1982), Orlandi (1983), I. Koch (1984), e E. Guimarães (1987), numa abordagem discursiva.

A partir daí, traçamos considerações sobre "topicalização" (tópico e comentário) como fenômeno generalizado na língua. "Toda a oração se biparte em tópico e comentário ou é globalmente interpretada como comentário" (Ilari, 1981:61). A mesma articulação tópico/comentário que se estabelece no interior do enunciado também acontece entre enunciados.

Reconhecendo a existência de uma multiplicidade de textos, partimos para a classificação ou, mais precisamente,

para uma abordagem sobre a tipologia textual e os diferentes tipos de texto, partindo da afirmação de Orlandi (1983), segundo a qual o critério para se fazer a distinção entre um tipo e outro está nas suas condições de produção, na relação entre os interlocutores e o referente.

Numa abordagem mais detalhada sobre as relações discursivas, dentro de uma visão argumentativa da linguagem, passamos para o estudo dos marcadores argumentativos ou discursivos, que operam ao nível da delimitação e do encadeamento do texto, situando-os, a princípio, dentro da Gramática Tradicional; ali, na opinião de alguns gramáticos, não passam de "elementos relacionais", "palavras essencialmente afetivas" e/ou "denotadores de inclusão, exclusão, etc."

Definindo "classe argumentativa" e "escala argumentativa" de acordo com Ducrot, passamos à análise desses marcadores ou operadores argumentativos da linguagem, na linha argumentativa de Ducrot (1972), Ducrot e Vogt (1979), Guimarães (1981, 1987), Koch (1984), Vogt (1977).

Após desenvolvermos cada aspecto específico da questão, selecionamos textos de diferentes tipos e procuramos analisar as marcas argumentativas da linguagem, com proposta para expandir o interesse dos estudos gramaticais para além da normatividade, como também servir de contribuição para exercícios e atividades de sala de aula.

## CAPÍTULO I

### ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Como uma primeira abordagem do ensino da língua portuguesa, temos a considerar que, na cabeça de quem passou pela escola secundária, o ensino da língua materna vem associado a três experiências marcantes: a alfabetização, o aprendizado dos rudimentos da gramática tradicional e o primeiro contacto com a literatura.

Essas três experiências, marcantes pelo seu caráter de iniciação, deixam muitas vezes de ser enriquecedoras, por falhas de nosso sistema de ensino.

A pergunta – o que se pretende com o ensino da língua portuguesa? e/ou o que significa ensinar a língua materna? – enseja uma reflexão não apenas sobre o que a escola tem feito, mas também sobre aquilo que a escola deve e pode fazer, ou seja, retomar a questão dos objetivos do ensino da língua materna, de maneira mais positiva e explicativa.

#### 1 DO PONTO DE VISTA OFICIAL

O planejamento da educação brasileira consta de lei federal, em que temos as diretrizes máximas para a escola de qualquer grau.

O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

Todo o ensino deve, portanto, convergir para três objetivos fundamentais:

- . a realização pessoal;
- . a realização profissional;
- . a realização social.

Importa-nos, aqui, a área de Comunicação e Expressão no ensino de 1º e 2º graus. Esta área engloba dois campos distintos: o da **comunicação**, que é o alcance do outro, ou a realização **social** do homem, e o da **expressão**, que é o alcance de si próprio, ou a realização **pessoal** do homem.

A Resolução nº 8/71 do Conselho Federal de Educação (CFE) propõe como objetivo para a área Comunicação e Expressão "o cultivo de linguagem(s) que enseje(m) ao aluno o contacto coerente com seus semelhantes e a manifestação harmônica de sua personalidade, nos aspectos físico, psíquico e espiritual, ressaltando-se a língua portuguesa como expressão da Cultura Brasileira".

De um modo geral, pode-se dizer que o objetivo proposto é válido, porém amplo e pouco funcional. O que realmente se percebe é que existe uma certa concordância no que se refere aos objetivos gerais do ensino do português, mas

estes deixam de existir quando operacionalizados e traduzidos em objetivos específicos, passando assim a sugerir tão-somente análise superficial de textos e ensino de metalinguagem.

Não se trata, aqui, de discutir pormenores dos objetivos do ensino do português, pois muito se tem discutido e pouco se tem feito em prol de uma melhoria a nível metodológico, pedagógico e operacional.

Numa rápida observação dos problemas e divergências no ensino do português, vemos que a diversidade de abordagens do ensino da língua situa-se nos diferentes posicionamentos teóricos adotados, nas posturas didático-pedagógicas e nos princípios metodológicos propostos.

De um modo geral, muitos professores de português elaboram seus objetivos, a nível de planejamento pedagógico, baseados nos programas oficiais e em seus objetivos, como mera formalidade a ser satisfeita, e acabam seguindo as lições do livro didático, a ponto de tornar a gramática tradicional única representação correta da língua, tudo porque nossos professores se acostumaram a substituir essa representação à realidade representada, sem dar-se conta de sua pobreza.

Vemos assim que a falta de atenção à situação da fala; a limitação da análise ao nível do período complexo; a indefinição quanto às funções da linguagem são alguns sintomas dessa pobreza.

Não se pode assim justificar o ensino do português, como língua, senão por uma reflexão sobre a própria noção de língua e pela análise da situação lingüística em que todo indivíduo está envolvido.

Em janeiro de 1986, o Ministério de Educação nomeou uma comissão de professores de alto nível, para a elaboração de trabalhos - Diretrizes para o Aperfeiçoamento do Ensino/Aprendizagem da Língua Portuguesa - para as séries de 1º e 2º graus, apresentados como um desdobramento dos objetivos gerais propostos na Resolução nº 8/71 do CFE.

Observou-se, então, com relação às séries do 2º grau, para o qual nosso trabalho está voltado, um tratamento mais aprofundado da língua, em termos de maior compreensão de suas manifestações e variações, incluindo o ensino da literatura de língua portuguesa, representado principalmente pela obra literária.

Reconhecimento da existência das diferentes línguas e das diferentes variedades da mesma língua como manifestações históricas de diferentes culturas, dando-se relevo à história portuguesa;

... reconhecimento de diferentes estruturas lingüísticas e capacidade de manuseio da gramática (e de sua metalinguagem) para resolver dúvidas relativas às formas de expressão da língua de cultura;

... entendimento de obra literária com manifestação de determinada época cultural e sua vinculação intertextual a outras manifestações artísticas, literárias ou não. (p.16.)

Como podemos observar, tais objetivos fornecem indícios de um posicionamento teórico adequado à questão Ensino/

Aprendizagem do Português, possibilitando o desenvolvimento do senso crítico, como forma de despertar no educando a consciência da realidade e facultar-lhe o acesso não só aos bens culturais, mas também aos de ordem social e econômica, dependendo das atividades de leitura em todos os níveis de ensino.

Esses objetivos sugeridos pela Comissão Nacional serão desdobrados em objetivos operacionais de acordo com a realidade do aluno, e nessa questão entra o problema do preparo do professor, que, por impossibilidade ou opção, é cada vez menos incentivado e qualificado, e/ou da escola, cada vez mais enraizada a princípios teóricos e metodológicos, sem deixar de impor livros didáticos, que, geração após geração, só são renovados do ponto de vista gráfico-visual, o que é certamente insuficiente.

Na realidade, as autoridades da Educação se mantêm demasiadamente tolerantes com a crise no ensino da língua pátria, pela ausência de uma fiscalização rigorosa na publicação dessas obras e pelo comprometimento dessa omissão em face do aprendizado da língua portuguesa.

Sentimos, assim, que haverá muito a mudar antes que o ensino de português possa ser o que deve — um processo no qual o professor e os alunos, e os alunos entre si, se enriqueçam reciprocamente compartilhando sua experiência vivida da língua. Será preciso, antes de tudo, querer mudar, e, para isso, é importante entender que essa mudança não virá dos órgãos oficiais do ensino, nem dos projetos dos lingüistas e pedagogos, mas daqueles que vivem o ensino. É preciso, por-

tanto, que o professor assuma os riscos de uma atitude independente, tomando decisões e introduzindo modificações no que está estabelecido (e não planejado por ele), buscando alternativas teóricas e práticas que contribuam para a melhoria do ensino em geral.

## 2. O ENSINO DA LÍNGUA E A GRAMÁTICA TRADICIONAL

Freqüentemente se fazem críticas à Gramática Tradicional, pela maneira cientificamente inadequada de estabelecer suas categorias, funções e relações. Não nos ocuparemos aqui dessas críticas, mas abordaremos alguns aspectos que contribuem para o empobrecimento da gramática, causa da ineficiência do ensino do português.

Todos sabemos que um grande equívoco de nosso ensino é o de tomar a gramática tradicional como **representação correta da língua**. Tal equívoco não se dá pelo fato de a gramática ser uma representação, pois ela é, e trabalhar com representações é inevitável, mas nossos professores se acostumaram a substituir essa representação à realidade representada, sem dar-se conta de suas inúmeras falhas.

Rodolfo Ilari (1988) aborda relativamente a questão em aspectos como a falta de atenção à situação da fala; a limitação da análise ao nível do período complexo; a indefinição quanto à função da linguagem, como sintomas que contribuem para a pobreza da gramática tradicional.



Esse empobrecimento é sentido, de início, nos manuais de gramática tradicional, onde somente se descreve a língua escrita, deixando de lado a língua falada, ou, em muitos casos, convertendo a norma do código escrito em norma do código oral.

É preciso, antes de tudo, considerar que a ortografia da língua portuguesa, fonética em suas linhas gerais, não apresenta uma correspondência constante de sons e letras.

Peytard e Genouvrier (1974:233) dizem:

Quer se trate de código oral ou de escrito, a gramática sempre é a base de toda a comunicação lingüística. Conseqüentemente, seu ensino - e entendemos, seu ensino sistemático - impõe-se em todos os níveis, **contanto que ela modifique seu atual conteúdo.** (Grifo nosso.)

Que ela mude no sentido de dar à linguagem culta e à literatura um caráter de vivência. Dominar a variante culta não significa empanturrar-se com a metalinguagem da gramática tradicional, assim como decorar biografias de autores, características de movimentos literários ou listas de obras, para iniciar-se em literatura.

De posse dessa(s) mudança(s), o ensino deixa de ser o "levar o aluno ao conhecimento da gramática", para tornar-se "desenvolvimento da capacidade de refletir, de maneira crítica, sobre o mundo que o cerca" e sobre a utilização da língua como instrumento de interação social.

Para que isso seja possível é preciso capacitar o aluno a compreender, analisar, interpretar e produzir textos

verbais, para o que, na verdade, a sintaxe do português, como é apresentada na gramática tradicional, em nada contribui.

O sistema lingüístico do Português, como entidade social que é, deve, pois, ser objeto de trabalho persistente de sistematização objetiva, coerente e uniforme, alicerçado numa atitude científica de análise dos fatos gramaticais, sem o qual o ensino da nossa gramática continuará sendo deficiente e improdutivo. (Hauy, 1986:4.)

Apesar das propostas de mudança, de revisão de fatos gramaticais, apresentados por lingüistas e gramáticos, como alternativas para a melhoria do ensino do português, a gramática tradicional continua sendo a principal estratégia de ensino da língua materna, depois da alfabetização.

Na realidade, as afirmações de que a linguagem é expressão do pensamento ou de que a linguagem é a representação da realidade continuam a ser transcritas nos livros didáticos como meros **slogans**, desvinculados dos conteúdos.

Entretanto, supomos que o mal da gramática tradicional não esteja na gramática em si, mas no fato de que a escola esqueceu de que ela se apresenta como uma representação de realidade lingüística, sempre parcial entre as inúmeras representações possíveis, passando a confundi-la com a própria realidade.

Neste sentido, há de se lutar por uma melhoria do ensino, e isso só acontecerá quando a gramática tradicional, revestida em seu conteúdo e representação, constituir um instrumento legítimo de vivência da língua, tomando não só como

ponto de parada no qual a reflexão sobre a linguagem se torna lugar comum, mas como **ponto de partida onde a reflexão sobre a língua se inicia.**

Nessa perspectiva, outros elementos necessariamente se associarão a esta reflexão. No presente caso, passamos a explorar alguns aspectos da teoria do texto, que, indo além do lingüístico no sentido estrito, privilegia uma competência que os estudiosos têm chamado de "comunicativa", trabalhando uma nova noção de linguagem.

## CAPÍTULO II A TEORIA DO TEXTO

### 1 LINGÜÍSTICA TEXTUAL

As teorias lingüísticas mais tradicionais tinham uma noção de linguagem presa à linearidade do enunciado e suas pesquisas restringiam-se ao nível da frase e aos problemas pertinentes a ela e aos seus componentes.

Na década de 60, na Europa, começou a desenvolver-se um novo ramo da lingüística – a lingüística textual – que tomava não a palavra ou a frase isolada como objeto de investigação, mas sim o texto, por ser este a forma específica de manifestação da linguagem. Passou-se então a defender a existência de uma competência comunicativa, constatando-se que o falante não se comunica por palavras ou frases, mas por textos.

Nesse sentido, vários fatores levaram os estudiosos da língua a desenvolverem uma lingüística voltada para o texto: as lacunas das gramáticas no que diz respeito à pronominalização, à relação tópico/comentário, às marcas de argumentação na linguagem e vários outros fatores que só podem ser devidamente explicados em termos de texto, ou então dentro do contexto situacional.

Sendo assim, procurou-se equacionar: a **semântica do texto**, que explica o que se deve entender por significação de um texto, como ela se constitui; a **pragmática do texto**, que diz respeito à função de um texto no contexto (extralingüístico); a **sintaxe do texto**, que verifica como vem expressa sintaticamente a significação de um texto e o que está à sua volta; a **fonética do texto**, que, ligada à sintaxe, ocupa-se das características e dos sinais fonéticos da sintaxe textual.

De um modo geral, a lingüística textual trabalha com textos delimitados de modo mais ou menos explícitos. Devido às diferentes concepções de "texto" e suas características, os lingüistas empenhados em sua abordagem apresentam posições teóricas diversas, decorrendo daí várias denominações - Textologia (Harweg), Teoria do Texto (Schmidt), Análise do Discurso (Harris, Pêcheux), Translingüística (Barthes), Teoria da Estrutura do Texto - Estrutura do Mundo (Petöfi).

Atualmente, o desenvolvimento da lingüística textual vem ocorrendo dentro de um enfoque amplo, concentrando-se em temas vinculados à análise do texto, como veremos no decorrer deste trabalho. Dessa maneira, a lingüística textual tem dimensões que abarcam o que há longo tempo vem se desenvolvendo em várias áreas interligadas: a semântica, a pragmática, a teoria da argumentação, a análise de discurso, entre outras.

Entretanto, foi com o surgimento da Pragmática que o estudo do discurso e, em decorrência, o da argumentação, passou a ocupar lugar de destaque nas pesquisas sobre a lin-

guagem, e esta passou a ser encarada como forma de ação sobre o mundo, dotada de intencionalidade.

Sendo o discurso unidade pragmática, o homem, ao produzir um discurso, apropria-se da língua, não só com a finalidade de produzir mensagens, mas com o objetivo de atuar, de interagir socialmente, instituindo-se como EU e constituindo como interlocutor o outro. Nesse sentido, cada palavra é como resultado de uma relação de força entre o eu e o outro, numa tensão que se evidencia tanto no nível material como na "forma", "no conteúdo" formando um todo inseparável. Isto significa que todo enunciado vivo tem em si a sombra do outro e sem a presença deste o enunciado torna-se vazio de sentido, embora seja possível o efeito de sentido de voz única produzida, como podemos observar na análise dos textos.

Como o ato de argumentar é fundamental na língua, isto implica que a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia. nesse sentido, não existe discurso neutro.

... a neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende neutro, ingênuo, contém também uma ideologia - a de sua própria objetividade. (Koch, 1984:19.)

Se o ato de argumentar se impõe como decorrência do processo de interação verbal-social, podemos constatar que a teoria da argumentação é de suma importância para o ensino de língua, uma vez que o discurso constitui o centro das preocupações dessa teoria.

Dentro desse enfoque, consideramos o texto não só como discurso estruturado, mas também como "unidade de língua em

uso, unidade semântica: não de forma e sim de significado" (Halliday, 1973, apud Koch, 1984:22). Nesse sentido focalizaremos o texto como um todo, como um ato de comunicação dentro de uma Lingüística do Texto, que pretende definir, delimitar, traçar sua natureza e funcionalidade.

Procedendo ao exame dos fatores de textualidade, procuraremos ressaltar a correspondência existente entre eles, pressupondo que, subjacente à intertextualidade, está presente a argumentatividade característica que define uma função estruturante.

## 2 CRITÉRIOS DE TEXTUALIDADE

É do ponto de vista da semântica argumentativa que se definirão critérios de textualidade.

Fruto de conexão de intenções, idéias e unidades lingüísticas, a textualidade se dá por meio de enunciados que se encadeiam no quadro da enunciação. Assim, o texto aparece como unidade semântico-pragmática, que se caracteriza pela coerência e pela coesão, responsáveis pela tessitura do texto.

Como fator de textualidade, a **intencionalidade** é fundamental para uma concepção da linguagem como atividade convencional, uma vez que toda a atividade de interpretação fundamenta-se na suposição de que quem fala tem certas intenções ao comunicar-se. Assim, a **intencionalidade**, no sentido estrito, é a **intenção** do locutor de produzir uma manifestação

lingüística coesa e coerente, embora essa intenção nem sempre se realize na sua totalidade, como na conversação usual. Entretanto o locutor que "quer dizer algo através de um texto, pretende que a ocorrência produza um efeito na audiência por meio do relacionamento dessa intenção" (Grice, 1975, apud L. Fávero, 1985). Nesse caso, o sentido de um enunciado se constitui não só pelas relações interpessoais, como também pelo **jogo de representações** locutor/alocutário, quando utilizam suas intenções persuasivas.

Para melhor definir esse **jogo de representações**, Grice (1975, apud Guimarães, 1987:41) apresenta uma série de máximas que todo interlocutor se propõe seguir na conversação. Segundo ele, todo discurso deve obedecer ao **princípio de cooperação** e às máximas que o dirigem, derivadas deste princípio:

Faça que sua contribuição conversacional esteja de acordo com o fim e a "direção" da troca lingüística na qual esteja engajado, assim como o estágio desta troca.

Em poucas palavras: seja cooperativo:

(M1) "Máxima da quantidade: faça que sua contribuição seja tão informativa quanto pedida, e não mais informativa que o pedido" (=seja informativo na medida certa).

(M2) "Máxima da qualidade: diga somente aquilo que acredita ser verdade. Não diga o que acredita falso; nem aquilo para o que lhe falta evidência adequada" (=seja sincero).



(M3) "Máxima da relação: diga somente o que está relacionado com o assunto da troca" (=seja relevante).

(M4) "Máxima do modo: seja claro" (= evite a obscuridade da expressão, evite a ambigüidade: seja breve...).

Desde que os participantes estejam de acordo com essas máximas e com o **princípio de cooperação**, alguém poderá facilmente compreender o que eles pretendem veicular por meio de uma contribuição à conversação.

Porém, sob determinada circunstância, o falante pode violar uma das máximas, sem contudo violar o **princípio da cooperação**. Se o alocutário reconhecer a violação como intencional, dar-se-á a **implicatura conversacional** (= subentendido para Ducrot), ou seja, a informação adicional veiculada é relacionada com o saber já partilhado entre eles. Exemplificando, temos:

- Maria não foi aprovada. Obteve média 4,5.

A adicional seria "Obteve média 4,5". Tal informação pode não fazer parte do saber do alocutário, porém o locutor espera que ele deduza e construa um novo saber, para si próprio, como, por exemplo: "A média de aprovação é superior a 4,5".

Um outro exemplo:

Uma empregada doméstica diz à patroa:

A: Dona, "tamo" sem álcool.

B: Agora não dá para sair. À tarde você vai ao supermercado.

A: E o banheiro?

B: Deixe para depois.

Vemos nos exemplos que os elos que deveriam ligar os enunciados não vêm explicitados por constituírem informações banais, corriqueiras, facilmente reconstituíveis pelos interlocutores.

Para B é óbvio que:

(a) trata-se de álcool destinado à limpeza;

(b) este álcool é geralmente vendido em supermercado;

(c) no momento, há algum motivo que impede a saída de B ou A para comprar o álcool.

Para A o enunciado "Agora não dá para sair" é suficiente para levá-lo a perceber que, se não pode sair, então não poderá comprar o álcool de que precisa (se não p, então não q) e que se não comprar o álcool, então não poderá fazer a limpeza do banheiro, uma das tarefas a executar. Daí o pedido de informação: "E (como fazer com) o banheiro?".

Assim, para a teoria conversacional, a relação do discurso com as máximas que o regem é que explica o que uma enunciação significa, numa situação particular.

Nos exemplos que citamos, a situação e o conhecimento de fundo fornecem os elementos de que os interlocutores necessitam para estabelecer, tacitamente, os elos não expressos na conversação.

O. Ducrot (1972:15) chama atenção para esse mecanismo — o implícito do enunciado — dizendo ser "um procedimento banal". Escreve ele: "para deixar entender os fatos que não

queremos assinalar de modo explícito, é apresentar, em seu lugar, outros fatos que podem aparecer como a causa ou a consequência necessária dos mesmos".

Há casos, diz ele, em que "a forma de raciocínio utilizada é um silogismo em que se formula uma premissa (a menor) assim como a conclusão, a fim de apresentar implicitamente a outra premissa (a maior)". Segundo Ducrot, esse é o mecanismo utilizado em cartazes publicitários ou políticos do tipo "Ela é feliz; ela compra no supermercado X"; ou "Ela sabe quem a defende; ela adere ao partido Y".

Segundo Grice, as pessoas preferem inferir um conteúdo não expresso a abandonar sua convicção de que o discurso deve ser coerente, informativo, relevante e cooperativo.

Observando as máximas griceanas, conclui-se que as três primeiras (máximas da quantidade, da qualidade e da relação) dizem respeito a **O Que Dizer**, e a última (máxima do modo), refere-se a **Como Dizer**. No texto escrito, isto se daria da seguinte maneira: (a) o escritor escreve selecionando **o que dizer** de acordo com o que supõe que seja o conhecimento de seu virtual leitor; (b) toma decisões em relação a **como dizer** quando submete o que relacionou às restrições impostas pela linearidade lingüística, escolhendo uma forma que facilite a compreensão por parte do leitor.

Ter-se-á observado que Grice trabalha as máximas na perspectiva de um diálogo de informação. Entretanto, nota Dascal:

Reconhece, porém, que este ponto de partida é demasiadamente estreito, devendo ser

generalizado para abranger propósitos gerais como: influenciar ou dirigir as ações de outros.

Dessa maneira, a intencionalidade em sentido amplo abrange todas as maneiras como os interlocutores usam textos para perseguir ou realizar suas intenções.

Outro fator de textualidade é a **aceitabilidade**, ou seja, o que se aceita na comunicação. Diz respeito à atitude do alocutário, a disposição ativa de participar de um discurso e/ou compartilhar de um evento.

Chomsk. (1965) usa o termo "aceitável", "aceitabilidade", em oposição a gramaticalidade, como correlato do que ele chama "performance", exprimindo o consensual em relação às seqüências de uma língua.

Beaugrand-Dressler (1987, apud Fávero, 1985) explicam a distinção entre aceitabilidade e gramaticalidade dizendo que ela ocorre entre sistemas virtuais e procedimento de atualização, descrevendo meios de correlacionar aceitabilidade e gramaticalidade, dizendo ser o das "operações probabilísticas" o mais completo. Sendo assim, a gramática conteria uma série de instruções vagas e imprecisas e as orações bem formadas se localizariam em diversos pontos de uma escala graduada. O contexto onde as orações ocorrem é que seria o elemento decisivo.

Tal como a aceitabilidade, a gramaticalidade é, sem dúvida, uma questão de grau (...) as escalas de gramaticalidade e aceitabilidade não coincidem. A gramaticalidade é apenas um dos muitos fatores que (...) determinam a aceitabilidade. (Chomsky, 1975:92.)

Portanto, o sentido e a gramaticalidade dependem do contexto do enunciado e da situação da enunciação, isto é, da macro-estrutura sociolingüística no interior da qual os atos da fala se produzem e adquirem sentido.

Já do ponto de vista da intencionalidade/aceitabilidade, a tolerância dos interlocutores é maior quanto mais informal for o discurso e mais conhecido o assunto, dependendo do lugar onde o texto é produzido; do tipo de texto, da relação entre os interlocutores e do poder simbólico existente entre eles.

Assim entendida, a noção de aceitabilidade em sentido estrito é útil em termos de textos em situação, e não para orações isoladas.

Partindo da afirmação seguinte:

Um discurso não vem ao mundo numa inocente  
solitude, mas constrói-se através de um já-  
dito em relação ao qual ele toma posição.  
(Maigneueau, 1976, apud Koch, 1986:40.)

situamos outro fator de textualidade - a intertextualidade - que se faz presente em todo e qualquer texto. É um componente decisivo das condições de produção do texto.

Orlandi (1983) diz haver uma espécie de implícito derivado da intertextualidade. Um texto, diz ela, tem relação com outros textos nos quais ele nasce (sua matéria-prima) e/ou outros para os quais aponta (seu futuro discursivo). É nesse ponto que se caracteriza a relação a outros textos, que constituem, assim, o seu contexto. Em última análise, todo texto é um elo numa cadeia textual.

Assim é que o processo discursivo não tem, de direito, um início: o discurso se estabelece sempre sobre um discursivo prévio (...). (Pêcheux, 1969, apud Orlandi, 1983: 82.)

Edward Lopes (1978) diz que a intertextualidade funciona como uma combinatória de duas operações que fazem o percurso inverso ao da leitura. A leitura converte um discurso em texto, relacionando significantes com um significado isotópico. Esse trajeto constitui a **interpretação**.

A intertextualidade refaz esse trajeto, em sentido inverso, ou seja, parte de um texto como algo já interpretado, para requalificá-lo como algo passível de nova interpretação, fazendo assim com que o texto se converta em outro discurso a ser interpretado.

Assim, se uma palavra aparece duas vezes no mesmo enunciado, a segunda ocorrência transforma-se numa palavra diferente da primeira, uma relação duplamente aberta.

"No meio do caminho tinha uma pedra ..."

Texto 1 - espacialidade/espacialidade/espacialidade/

Texto 2 - temporalidade/temporalidade/temporalidade/

Assim, o texto 1 fala do mundo; o texto 2 fala da vida. Postulada uma intertextualidade, o texto 1 torna-se o significante do texto 2, de modo que:

"no meio do caminho" --- "na metade da vida"

"tinha uma pedra" --- "houve um acontecimento traumático".

Vemos, assim, que a intertextualidade mobiliza inicialmente uma ideologia, e em seguida uma retórica, que, ao propor um efeito suspensivo sobre a pertinência dessa ideologia, abre caminho para a terceira fase do processo intelectual, ocupada pela afirmação de uma nova ideologia.

Partindo do pressuposto de que a intertextualidade é um dos fatores que constituem a unidade do texto, isto é, aquilo que faz com que um texto seja texto, esta pode ser tomada em sentido amplo e em sentido restrito.

**Em sentido amplo**, a intertextualidade está presente em todo e qualquer texto, de maneira implícita, o que se poderia simplesmente denominar de "polifonia".

A noção de "polifonia", elaborada sistematicamente por Ducrot (1980, 1987) e Vogt (1981) a partir de Bakhtin como a incorporação, ao próprio discurso, das vozes de outros enunciadores ou personagens discursivos — ao(s) interlocutor(es), a terceiros ou à opinião pública em geral — isto é, o coro de vozes que se manifesta normalmente em cada discurso, visto ser o pensamento do outro constitutivo do nosso, não sendo possível separá-los; permite afirmar que a produção do sentido é inteiramente condicionada pela alteridade. Como diz Tezza (1988:55), interpretando Bakhtin:

Um enunciado é parte integrante de um diálogo ininterrupto, não como uma voz que responde mecanicamente a outra voz num teatro de marionetes que se comunicam, mas como uma voz que traz em si, na sua concepção mesma, a perspectiva da voz do outro, a intenção e o ponto de vista do outro, a entoação alheia.

Portanto, a polifonia é um fator constante no discurso, e oferece ao locutor a possibilidade de tirar conseqüências de uma asserção cuja responsabilidade não assume diretamente, atribuindo-a a um enunciador estranho.

Já no campo da argumentação, a noção de **polifonia**, dentro do que Ducrot chama de "argumentação por autoridade", admite duas formas: a autoridade polifônica e o raciocínio por autoridade. Através da autoridade polifônica se introduzem no discurso vozes de enunciadores diversos responsáveis por determinadas asserções, que apenas são representadas (encenadas, mostradas), mas que se encadeiam sobre elas outras asserções que são consideradas como verdades. É o que acontece com asserções introduzidas por expressões como: talvez, parece que, ou pelo futuro do pretérito no estilo jornalístico. A autoridade polifônica constitui, pois, o próprio fundamento do encadeamento discursivo, e é coextensivo a toda argumentação.

Enquanto a **autoridade polifônica** é uma necessidade da fala, o **raciocínio por autoridade** constitui um procedimento facultativo, constituindo um tipo de demonstração como a recorrência, a indução e a analogia. Constitui, assim, uma espécie de raciocínio experimental em que se parte do fato de que "X disse P" e, com base na suposição de que X tem boas razões para não estar enganado ao dizer o que disse, conclui-se quanto à verdade ou verossimilhança de P. A fala de X é assim tomada como índice da verdade de P.

- Jorge disse que Mário viria. Penso, pois, que ele virá.



Entretanto, um raciocínio desse tipo pode ser facilmente contestado: ou se considera que a simples palavra de alguém não prova nada, ou se sustenta que X em particular pode ter-se enganado sobre tal fato particular. Quando se recorre ao raciocínio por autoridade (=arrazoado por autoridade), sabe-se que o acordo sobre aquilo que se está discutindo está arriscado a ser posto em questão.

Em resumo, vimos que, subjacente à intertextualidade – como também aos demais fatores de textualidade –, encontra-se a argumentatividade, que constitui o fator básico da textualidade.

### 3 DISCURSO E TEXTO

Com uma abordagem adequada do ensino da língua, podemos levar o aluno a conhecer e utilizar a língua como instrumento de interação social, como uma "forma de ação sobre o mundo" (Koch, 1984:17).

Sendo a linguagem veiculadora de ideologia e caracterizada pela argumentatividade, é por meio do **discurso** – ação dotada de intencionalidade – que o homem influi sobre o comportamento do outro, tentando fazer com que compartilhe suas opiniões. Dentro dessa perspectiva sociológica, temos a interação da sintaxe, da semântica e da pragmática.

Foi com o espaço aberto pela lingüística da enunciação e pelo surgimento da Pragmática (estudos dos atos lingüísticos e dos contextos nos quais eles são executados),

que o estudo do discurso — e em decorrência, o da argumentação — passou a ocupar lugar de destaque nas pesquisas sobre a linguagem, tornando-se objeto central de diversas tendências da lingüística moderna, tais como a Análise do Discurso, a Teoria do Texto e a Semântica Argumentativa.

O discurso, diz Benveniste (1974), é a "língua assumida como exercício pelo indivíduo". Seria, assim, qualquer enunciação que, supondo um destinador e um destinatário, supõe ainda uma intenção, por parte do primeiro, de influenciar, de algum modo, o segundo. Portanto, essa apropriação da língua pelo homem não tem apenas o intuito de veicular mensagem, mas de atuar, de interagir socialmente.

Se do ponto de vista lingüístico o discurso é um objeto semiótico, que diz alguma coisa, do ponto de vista pragmático é um objeto prático utilizado para fazer alguma coisa. Muito mais do que modo de falar são modos de agir, de uma pessoa, ou mesmo de um grupo agir sobre os indivíduos que o compõem.

As diferentes concepções de discurso e texto criam uma polêmica em torno dos dois termos, ora empregados como sinônimos, ora usados para designar coisas diferentes, ou "quase sinônimos".

Dentro da perspectiva da **Análise do Discurso**, o termo "discurso" parece ter significado mais amplo que "texto". Orlandi (1983) conceitua "discurso" como linguagem de interação: é o enunciado formulado em certas condições de produção. Ou seja, considera que a relação estabelecida pelos interlo-

cutores também constitui a significação. Falar em discurso, diz ela, é falar de **condição de produção**.

Para Pêcheux (1969), em quem Orlandi se apóia, o discurso é efeito de sentido entre locutores, e não apenas simples transmissão de informação. Para ele, as **condições de produção** são formações imaginárias (complexos de representação) em que contam as relações de força (os lugares sociais dos interlocutores, e sua posição relativa ao discurso), as **relações de sentido** (o coro de vozes, a intertextualidade, a relação entre um discurso e outros) e a **antecipação** (a maneira como o locutor representa as representações de seu interlocutor e vice-versa).

Porém, quando se consideram tais formações imaginárias e seus fatores, deve-se ter presente o fato de que o sujeito falante, ao produzir linguagem, também está reproduzido nela. O seu dizer nasce em outros discursos. Admitida esta complexidade, não se pode assimilar o discurso como simples manifestação visual da linguagem, ou mesmo como a unidade que ultrapassa a frase, uma vez que um amontoado desordenado de frases não constitui uma unidade discursiva.

O discurso não é mero conjunto de frases, mas é uma totalidade lingüística específica, além da soma das frases que o constitui. (Orlandi, 1986:113.)

Ao mesmo tempo em que procura ultrapassar o limite da frase, a noção de discurso desloca a reflexão da dicotomia língua/fala e reintroduz a noção de sujeito e a de situação. Essas noções constituem as condições de produção, enquanto

formações imaginárias. Ao ocupar o lugar entre língua e fala, o conceito de discurso descentraliza o sujeito falante, para integrá-lo no funcionamento dos enunciados dos textos, cujas condições estão articuladas sobre formações ideológicas.

Se o sujeito falante é determinado pelo inconsciente (dimensão que a análise incorpora) e pela ideologia, não existe, assim, discurso sem sujeito e nem tampouco sujeito sem ideologia. Desta forma podemos melhor compreender o que Guespin propõe quando diz que

um olhar sobre o texto do ponto de vista de sua estruturação em língua, faz dele um enunciado. Um estudo lingüístico de suas condições de produção fará dele um discurso. (Guespin, 1971, apud Orlandi, 1983:107.)

Assim, as palavras, os textos, do ponto de vista discursivo, são partes de **formações discursivas** e, conseqüentemente, de **formações ideológicas**, entendidas como constituindo

um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem "individuais" nem "universais" mas se relacionam quase que diretamente à posição de classes em conflito umas com as outras. (Pêcheux, 1975: 10.)

Do ponto de vista discursivo, as palavras, os textos são partes de formações discursivas, e como estas determinam o que pode e deve ser dito, a parte de uma determinada conjuntura consideramos o discurso como **fenômeno social**.

Nesta perspectiva, torna-se difícil separar discurso e texto. Pode-se mesmo dizer que eles se equivalem, embora

em níveis conceptuais diferentes – o discurso pode ser tomado como conceito teórico metodológico e o texto como conceito analítico –, ele seria então unidade empírica.

Conseqüentemente, não basta afirmar que o texto é unidade do discurso, mas sim que é "unidade complexa de significação" (Orlandi, 1983:147). Constitui, portanto, uma unidade de análise pragmática.

Entretanto, dependendo do ponto de vista, há diferentes maneiras de conceituar "texto". Em algumas definições procura-se caracterizar a essência do texto dizendo ser ele o signo lingüístico original que possibilita a ocorrência da língua. Outras vezes, leva-se em conta o aspecto funcional-intencional, que o caracteriza como uma unidade lingüística completa, dependendo da intenção do emissor e/ou receptor.

Schmidt (1973:239) diz ser o texto "cada porção lingüística manifesta de um ato de comunicação em um jogo de ação comunicativa, (...) que preencha uma função comunicativa capaz de ser reconhecida".

Vemos, assim, que ele define "texto" segundo o critério de **ação comunicativa**.

Guimarães (1987:13) considera o texto como "uma unidade empírica, com começo, meio e fim". Salieta, contudo, que esta unidade empírica deve ser pensada no processo discursivo; mas texto é, ainda, para ele, "a representação de uma posição específica do sujeito (o de autor) que procura criar a ilusão da unidade textual".

Halliday (1976) apresenta o texto como "a realização verbal, uma organização de sentido, que tem valor de uma mensagem num dado contexto". Afirma ainda ser o texto "uma unidade de língua em uso, unidade semântica, não de forma, mas sim de significado".

Orlandi (1983) considera o texto não só como "unidade da análise do discurso", mas também como "unidade complexa de significação", portanto uma unidade pragmática.

Podemos encontrar ainda o termo "texto" tomado em **sentido lato**, designando toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano (quer se trate de um romance, um poema, uma música, uma pintura, um filme), isto é, qualquer tipo de comunicação que se realize através de um sistema de signos. Já em sentido estrito, podemos dizer que o texto consiste em qualquer passagem falada ou escrita formando um todo significativo, caracterizando-se pela coesão e coerência, conjunto de relações responsáveis pela tessitura do texto.

No conjunto, vimos que os textos podem ser formados de enunciados de discursos diferentes, sendo o enunciado, em um texto, o correlato de um **recorte** discursivo. A noção de **recorte** é importante na teoria do discurso, diz Orlandi, uma vez que o recorte constitui "uma unidade discursiva: fragmento correlacionado de linguagem - e situação" (Orlandi, 1987:139). Entretanto, para melhor entendermos a posição de Orlandi, quando fala em **recorte**, é necessário atentarmos para as noções de **incompletude** e **polissemia**.

Por **incompletude** entendemos a multiplicidade de sentidos possíveis que caracteriza qualquer discurso. Com a idéia de incompletude, diz ela, "apaga-se o limite que separa o meu dizer e o do outro; o que eu digo não é completo, parte de seu sentido está no que os outros dizem e vice-versa".

Quanto à **polissemia**, define como "o processo que, na linguagem, permite a criatividade; atesta a relação entre o homem e o mundo" (Orlandi, 1984:16).

Do ponto de vista do processo de interlocução, o texto é tomado como o centro comum e unidade entre os participantes (parceiros) do processo de interação. Conclui-se, daí, que o domínio das partes nesse processo de interação é parcial, e que a unidade só se encontra no texto, e é um efeito ideológico da posição do autor. Nesse sentido o texto é, ao mesmo tempo, unidade no processo de interação e no processo de significação. Podemos, pois, dizer que o texto é a totalidade de que se parte na análise da estruturação do discurso.

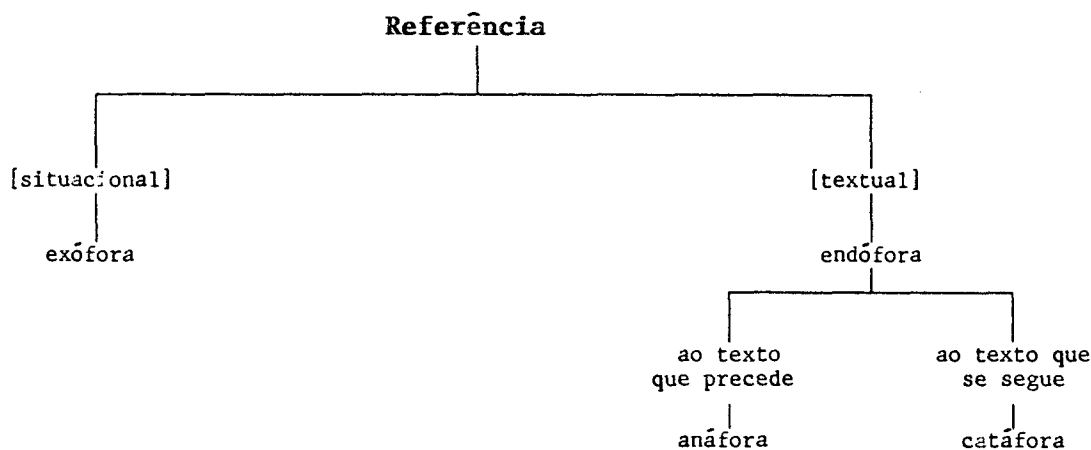
#### 4 COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAL

Como vimos anteriormente, a **textualidade** – aquilo que faz com que um texto seja texto – depende, em grande parte, da coesão e da coerência, responsáveis pelo padrão de tessitura do texto.

Por **coesão** entenderemos os modos como os componentes do texto, as palavras que ouvimos ou lemos, se ligam entre si

numa seqüência (de natureza lingüístico-gramatical).

Para Halliday e Hasan (1976, apud Fávero e Koch, 1983: 38), a coesão textual é tomada como conceito semântico, e se refere às relações de sentido que se estabelecem entre os enunciados que compõem o texto, fazendo com que a interpretação de um elemento dependa do outro. Assim, a coesão é determinada em parte pela gramática e em parte pelo léxico, uma vez que as relações coesivas dependem da organização do sistema lingüístico, nos níveis semântico, léxico-gramatical e fonológico-ortográfico. São fatores de coesão textual: a referência, a substituição, a elipse, a conjunção (conexão) e a coesão lexical. Como veremos adiante, os recursos lingüísticos da coesão permitem descrever como uma seqüência se correlaciona com outras que a precedem. Os elementos da **referência** são constituídos por certos itens da língua que se relacionam a outros elementos necessários à sua interpretação. Esta pode ser **situacional** (extratextual) ou **textual**, como apontamos abaixo:



(Halliday e Hasan, 1976:33.)



Conforme vemos, a anáfora estabelece uma relação coesiva de referência que permite a interpretação de um elemento pela relação em que se encontra com algo que o precede no texto. A utilização de um pronome torna possível a repetição de um sintagma ou de uma frase inteira, como veremos em:

- a) Jorge e Luís são bons profissionais. **Este** é médico. **Aquele** é engenheiro. **Ambos** são paulistas.
- b) Vou confessá-lo: **este** crime me perturbou.

Muitas vezes, o elemento anafórico pode fazer referência a todo o enunciado anterior, como em "O Plano Verão trará resultados positivos ao País. **Assim** dizem os economistas".

Quando a interpretação depende de algo que se segue no texto, temos a **catáfora**: "Só desejava **isto**: viver...".

Se colocarmos um elemento em lugar de outro(s), ou até de uma oração inteira, temos a **substituição**. Esta pode ser feita não só por meio de pronomes, numerais, indefinidos, como também por nomes genéricos como "mesmo", "também", "sim", "não" etc. Exemplificando, temos: "Quando o professor se retirou, os alunos **fizeram o mesmo**". O verbo **fazer** é substituto do causativo, e **ser**, substituto do existencial.

Um outro elemento de coesão é a **elipse**, que consiste na omissão ou substituição por zero ( $\emptyset$ ) de um elemento recuperável pelo contexto. Esta pode ocorrer com elementos nominais, verbais e, mesmo, com orações, como em:

- Você estava terminando o trabalho?
- Estava.  $\emptyset$

- Aceita um café?

- Sim. Ø

Por não se tratar de simples relação anafórica, os elementos **conjuntivos** (conjunção) são também coesivos em virtude das relações significativas que se estabelecem entre as orações dentro do período, entre os períodos dentro dos parágrafos e entre os parágrafos no interior do texto. São elementos **conjuntivos**: os advérbios, as locuções adverbiais, as preposições, as locuções prepositivas e certos itens comunicativos, como daí, então, a seguir etc. Possuem uma série de equivalência estrutural como:

- Um trovão seguiu-se à ventania.

Ou:

- Após a ventania, ouviu-se um trovão.

Através de termos sinônimos ou palavras afins, obteremos a **coesão lexical**; essas palavras, porém, devem pertencer ao mesmo campo lexical.

Charolles (1978, apud Silveira, 1986:68) aborda a coerência textual sob dois aspectos: a nível microestrutural e a nível macroestrutural. O autor prefere não forçar a distinção entre coesão e coerência. A nível macroestrutural, a coerência se estabelece entre as "seqüências"; e a nível microestrutural, "entre as frases ordenadas da seqüência". Nesse sentido, apresenta quatro meta-regras, que veremos abaixo:

1. Meta-regra de repetição: O desenvolvimento linear do texto deve conter elementos de recorrência que possam garantir a sua homogeneidade, sua continuidade;

2. Meta-regra de progressão: O texto deve apresentar um conteúdo renovado e não repetido ou circular;

3. Meta-regra de não-contradição: O texto não pode introduzir elementos semânticos contraditórios a um conteúdo posto ou pressuposto por uma ocorrência anterior ou dedutível por inferência;

4. Meta-regra de relação: os fatos denotadores do mundo representado devem ser reais.

Dessa maneira, o texto deve ser visto como uma unidade significativa de coerência que requer o **equilíbrio** entre a continuidade temática e a progressão semântica. Vemos, assim, que **coesão** e **coerência** se integram pela intenção do produtor, o que equivale a dizer que se trata do lugar da subjetividade e da intersubjetividade da linguagem.

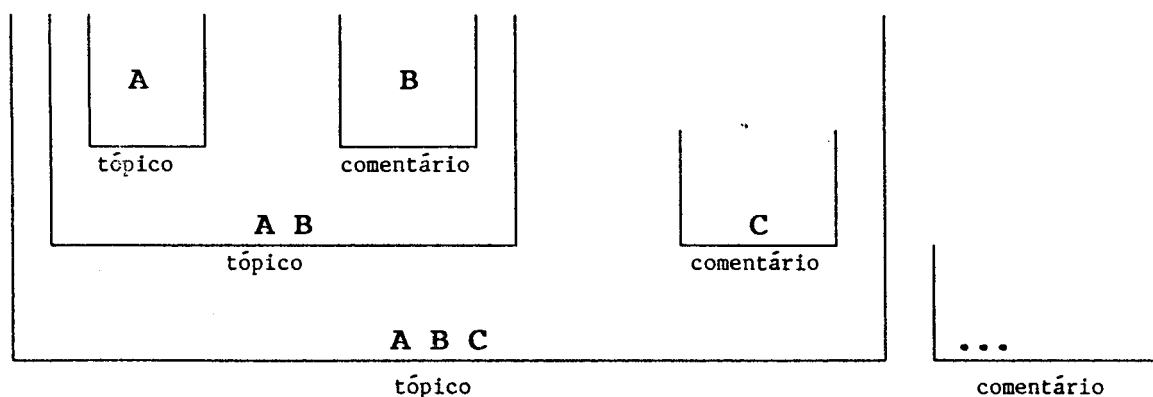
Os aspectos abordados acima são aqueles que orientarão nossa análise no que diz respeito à coesão e à coerência do texto.

## 5 TÓPICO E COMENTÁRIO TEXTUAL

Conforme observamos anteriormente, há uma multiplicidade de fatores que colaboram efetivamente para que o texto seja visto como uma unidade significativa relacionada à

situação. Sabemos que todo e qualquer enunciado tem como propósito fazer com que o interlocutor saiba, conheça o pensamento que tem a respeito de algo (propósito=comentário); e que cada enunciado é emitido com base num motivo que é o seu tema (tema=tópico).

Sendo assim, **tópico** e **comentário** exercem, no discurso, uma certa orientação argumentativa, estruturando-o e estabelecendo sua continuidade. Esta orientação e/ou movimento discursivo se desenvolve em dupla direção: de retorno e de avanço. De retorno, porque toma o já-dito e, ao retomá-lo, resignifica-o, delimitando e especificando seus sentidos; de avanço, porque se constitui um novo tópico da enunciação. Sendo assim, o **tópico** pode ser constituído não só pelo já-dito explícito, como também pelo que está implicado, interceptando ou abrindo para outras significações. Esse movimento pode ser representado, segundo Geraldi (1981:74) da seguinte maneira: pressupondo a globalização do texto, mostrando sua progressão, o que lhe determina a coesão e a coerência (ver gráfico).



(Geraldi, 1981:74.)

Neste movimento de dupla direção, não só o dito explicitamente como também as conclusões para onde o locutor tenta conduzir o interlocutor podem constituir-se como tópico; e é neste sentido que a "retomada" re-significa o já-dito, dando-lhe especificidade.

... frases coordenadas entre si, relacionam-se pelo fato de a segunda retomar a primeira como o seu tema (tópico) no interior do qual é necessário interpretar a segunda oração. (Geraldí, 1981:73.)

Vejamos o exemplo:

- a) A votação será difícil. Paulo está doente mas virá à reunião. **Portanto**, devemos insistir na presença de José para garantir um resultado satisfatório.
- b) A votação será difícil. Paulo está doente, mas virá à reunião. **Portanto**, contamos com mais um voto.

Vemos, assim, que o mesmo tópico, em função da situação e da linha argumentativa, pode adquirir direção argumentativa diferente, isto é, o segundo enunciado, ao tomar o primeiro por tema (tópico), vai preenchendo espaços vazios, re-significando-os e transformando-os em outro(s) argumento(s).

Por outro lado, Orlandi, na perspectiva do caráter da incompletude do texto, diz que "uma das funções importantes do tópico é estabelecer um começo, um lugar na incompletude" (Orlandi, 1984:130).

A incompletude, diz ela, é "a condição de existência da linguagem". Neste sentido, podemos afirmar que a articulação tópico/comentário é responsável pela continuidade de

um texto, sendo a orientação argumentativa elemento coesivo de um texto. Mais ainda, a **argumentação** constitui a atividade estruturante do texto, contribuindo para a distinção de estilos e de formações discursivas, e, conseqüentemente, para uma tipologia dos discursos.

## 6 TIPOLOGIA TEXTUAL

Mesmo reconhecendo-se intuitivamente a existência de uma multiplicidade de formas de texto, a noção sistemática de tipo de discurso se faz necessária como princípio de classificação da linguagem em uso, estando relacionado com os objetivos da análise que se estiver empreendendo e sua relação com a natureza do texto.

Nesse sentido, a análise de discurso, levando em conta as condições de uso da linguagem, acaba distinguindo um discurso de outro, ao mesmo tempo em que coloca a necessidade metodológica do estabelecimento de uma (ou várias) tipologia(s) de discurso.

A tipologia de texto deve estar articulada a uma tipologia do discurso, ou seja, é preciso considerar a distinção entre **texto** e **discurso**, uma vez que essa distinção tem um alcance que afeta o problema da tipologia. As tipologias são elaboradas a partir de categorizações heterogêneas sobre o texto e são de ordem do discurso, isto é, representam uma construção teórica, uma vez que o discurso é tomado como conceito teórico, e o texto como conceito analítico.

Uma observação importante a ser feita sobre a tipologia de texto diz respeito à correlação de elementos de sua organização e suas condições de produção. Essas condições de produção referidas por Orlandi (1983) incluem não só fatores da situação imediata ou de enunciação (contexto de situação no sentido estrito), como também fatores do contexto sócio-histórico, ideológico (contexto de situação em sentido lato). A distinção dessas duas espécies de contexto de situação está refletida nas diferentes formas com que se constituem as tipologias.

Uma forma de se estabelecer uma tipologia é, segundo Orlandi, a que inclui a referência ao contexto no sentido lato, isto é, no contexto sócio-histórico, ideológico; ela considera como constitutiva de sua tipologia (discurso polêmico, lúdico e autoritário) a relação entre as condições de produção e a formação ideológica.

É com a distinção entre tipo e funcionamento discursivo - atividade estruturante do discurso - que Orlandi (1987) procura enfatizar o aspecto interacional da linguagem e a relação existente entre processo e produto: "os tipos (produtos) são a caracterização de funcionamento (processos) definidos na própria relação de interlocução" (p.231).

Guespin (1976, apud Orlandi, 1987:222) coloca a tipologia de discurso como necessária mas futura. Nesse sentido, afirma que enquanto as categorias que descrevem o discurso "forem filosóficas (ex.: ontologia/ideologia) ou retóricas (ex.: didático/polêmico) se está condenado ao artefato". Con-

tudo, diz ele, é necessário "tipificar os discursos das diferentes formações de seu funcionamento" (p.222).

Nessa perspectiva, a tipologia deriva da intenção entre locutor e destinatário e sua relação com o objeto do discurso. E é nesse sentido que consideramos os tipos, não de forma estanque, pois a cada tipo correspondem subdivisões, isto é, subtipos dentro dessa enorme complexidade tipológica. Dentro das tipologias correntes temos:

1. os tipos que se referem à existência de instituições: discurso político, jurídico, religioso etc.;

2. os que dizem respeito a domínios (institucionais) do saber: discurso filosófico, científico, poético, jornalístico etc.;

3. os da antiga retórica: discurso deliberativo, específico, judiciário;

4. os do domínio da literatura: narração, descrição, dissertação, diálogos, narrativas, poemas;

5. os que se apóiam no funcionamento discursivo: autoritário, polêmico, lúdico (=jogo).

Privilegiamos em nosso trabalho, dentro deste conjunto, os tipos propostos por Orlandi (discurso autoritário, polêmico e lúdico). Seus critérios específicos são: o processo de interação (=reversibilidade) através do funcionamento discursivo e a relação entre polissemia e paráfrase.

Sobre a reversibilidade, isto é, a troca de papéis entre interlocutores, diremos que ela determina a dinâmica de interlocução. Segundo o grau de reversibilidade, haverá



uma maior ou menor troca de papéis entre locutor e ouvinte; quanto ao critério de polissemia, deriva-se da forma de relação com o objeto do discurso.

Conseqüentemente, haverá uma maior ou menor carga de polissemia, de acordo com essa relação. Nesse sentido, a distinção entre um tipo e outro está nas condições de produção, isto é, na relação entre os interlocutores e o referente. É essa relação de interlocução, enquanto interação, que é considerada como base da tipologia proposta por Orlandi.

Assim, no **discurso lúdico**, a reversibilidade entre interlocutores é total; o objeto do discurso se mantém como tal na interlocução, resultando assim a polissemia aberta. O exagero é o **non-sense**. Compreende boa parte da produção artística, como a música, a literatura etc.

No discurso polêmico a reversibilidade se dá sob certas condições; o objeto do discurso está presente, os participantes procuram dar-lhe uma direção, sendo que a polissemia é controlada. O exagero é a injúria. Este tipo pode ser encontrado em situações variadas: uma discussão entre amigos, uma defesa de tese, um editorial jornalístico ou uma aula, etc.

Já no discurso autoritário, a reversibilidade tende a zero, estando o objeto do discurso oculto pelo dizer. A polissemia é contida.

Em relação à tensão entre a paráfrase (o mesmo) e a polissemia (o diferente), vemos que cada tipo se define pela tendência, isto é, o **lúdico** tende para a polissemia; o auto-

ritário para a paráfrase; o polêmico para o equilíbrio entre polissemia e paráfrase.

Porém, é necessário considerar que os tipos não se distinguem de forma estanque, havendo uma gradação entre um tipo e outro. Assim, em nossa forma atual de sociedade, o discurso autoritário é dominante, o polêmico é possível e o lúdico é ruptura.

Nesse sentido vemos que não existem tipos puros, a não ser idealmente, mas sim tendências, isto é, há discursos que tendem mais para esse ou aquele tipo.

As tipologias do texto, em geral, levam em conta os esquemas conceitual-cognitivos, as características formais e convencionais e os meios lingüísticos utilizados pelos interlocutores para realizar suas intenções comunicativas. Dessa maneira, certas características que se costumam atribuir a um certo tipo de discurso estão presentes também em outras.

Da mesma forma com que Orlandi define tipo e sua relação com o funcionamento discursivo, privilegiando certos tipos de relações (discurso autoritário, lúdico e polêmico), assim também podemos entender outras tipologias sob o mesmo aspecto — distinção entre narração, dissertação, descrição, discurso técnico, científico, político, jornalístico etc.

Procurando melhor determinar as características de algumas formas de texto, Koch e Fávero (1987) postulam três

critérios interdependentes para a comparação/diferenciação desses textos.

a) **dimensão pragmática** – diz respeito aos macroatos da fala que o texto realiza e aos diversos modos de atualização em situações comunicativas. A importância desses macroatos da fala está no fato de eles tornarem possível falar das funções globais de um discurso ou de uma conversação.

b) **dimensão esquemática global** – diz respeito aos modelos cognitivos ou esquemas formais culturalmente adquiridos.

c) **dimensão lingüística de superfície** – refere-se às marcas encontradas no texto que facilitam sua compreensão, permitindo ao alocutário formular hipóteses sobre o tipo de texto.

Dentro desses critérios, temos o:

#### **Tipo Narrativo**

a) **dimensão pragmática:**

macroato: asserção de enunciados de ação;

atitude comunicativa: mundo narrado (tempos verbais do pretérito);

manifestações textuais: romances, contos, novelas, reportagens;

b) **dimensão esquemática global:**

captação dos eventos numa sucessão temporal e cau-

sal (cronológica), havendo um antes e um depois;  
 categorias: orientação, complicação, ação ou avaliação, resolução, moral ou estado final;

c) dimensão lingüística de superfície:

marcas: tempos verbais predominantes do mundo narrado;

circunstancializadores: onde, como, quando, por quê, ...);

presença do discurso relatado (direto, indireto, indireto livre).

### **Tipo Descritivo**

a) dimensão pragmática:

macroato: asserção de enunciados de estado/situação;

atitude comunicativa: mundo narrado ou mundo comentado (tempos verbais do presente, pretérito e futuro, indistintamente);

manifestações textuais: caracterização de personagens (física e/ou psicológica);

caracterização do espaço: (paisagens e ambientes)

em narrativas: guias turísticos, verbetes de enciclopédias, resenhas de jogos, relatos de experiências ou pesquisas, reportagens etc.;

b) dimensão esquemática global:

superestrutura descritiva: ordenação espaço-tem-

poral (tabularidade predominante) e apresentação das qualidades e elementos componentes do ser descrito;

categorias: palavras de entrada (tema/título): denominação, definição, expansão e/ou divisão;

c) dimensão lingüística de superfície:

marcas: verbos predominantemente de estado, situação ou indicadores de propriedades, atitudes, qualidades;

unidade do estoque lexical assegurada pelo tema-título; relações de inclusão (hiperonímia-hiponímia);

articuladores relacionados à situação do objeto-tema e de suas partes no espaço; adjetivação; parataxe; tempos verbais: **presente**, no comentário; **imperfeito**, no relato;

emprego de figuras (metáforas, metonímias, comparações, sinestésias etc.).

### **Tipo Expositivo ou Explicativo**

a) dimensão pragmática:

macroato: asserção de conceitos;

atitude comunicativa: fazer saber;

manifestações textuais: manuais didáticos, científicos, obras de divulgação etc;

b) dimensão esquemática global:

superestrutura expositiva: análise e/ou síntese de representações conceituais; ordenação lógica;

categorias:

- . generalização-especificação (via dedutiva);
- . especificação-generalização (via indutiva);
- . generalização-especificação-generalização (via dedutivo-indutiva);

c) dimensão lingüística de superfície:

marcas: conectores de tipo lógico, tempos verbais: mundo comentado; presença do interdiscurso; hipotaxe predominante.

#### **Tipo Argumentativo "Stricto Sensu"**

a) dimensão pragmática:

macroato: convencer, persuadir;

atitude comunicativa: fazer crer/fazer fazer;

manifestações textuais: textos publicitários, propagandísticos, peças judiciárias, matérias opinativas etc.;

b) dimensão esquemática global:

superestrutura argumentativa: ordenação ideológica dos argumentos e contra-argumentos;

categorias: (tese anterior) premissas - argumentos - (contra-argumentos) - (síntese) - conclusão (nova tese);

c) dimensão lingüística de superfície:

marcas: modalizadores, verbos introdutórios de opinião, operadores argumentativos, metáforas, temporais, recurso à autoridade etc.

### Tipo Injuntivo ou Diretivo

- a) dimensão pragmática:
  - macroato: direcionar, orientar;
  - atitude comunicativa: fazer saber fazer;
  - manifestações textuais: manuais de instruções, receitas culinárias, bulas de remédios etc.;
- b) dimensão esquemática global:
  - superestrutura diretiva: prescrição de comportamentos seqüencialmente ordenados;
  - tema:  $Ação_1 + Ação_2 + Ação_3 \dots + Ação_n = \text{resultado ou produto}$ ;
- c) dimensão lingüística de superfície:
  - marcas: modos e tempos verbais (imperativo, infinitivo, futuro do presente); vocativos; verbos performativos; períodos simples; parataxe; nexos ou articuladores adequados ao encadeamento seqüencial de ações etc.

### Tipo Preditivo

- a) dimensão pragmática:
  - macroato: predizer (asserções sobre o futuro);
  - atitude comunicativa: fazer crer e/ou fazer saber;
  - manifestações textuais: horóscopos, profecias, boletins meteorológicos, previsões em geral;
- b) dimensão esquemática global (semântica):
  - superestrutura preditiva: prenúncios de eventos, situações, comportamentos (individuais ou coletivos) com base em relação de causalidade, em deduções ló-

gicas ou por simples causalidade;

futuridade (Evento<sub>1</sub>, Evento<sub>2</sub>, ... , Evento<sub>n</sub>);

c) dimensão lingüística de superfície (sintática):

marcas: tempos verbais com perspectiva prospectiva; parataxe; estruturas nominalizadas; ausência de conectores; adjetivação abundante.

Como dissemos no início deste capítulo, os problemas de tipologia do texto ainda estão sendo abordados de modo incipiente; portanto, a tipologia apresentada não é definitiva, e ao lado de tipos tradicionalmente reconhecidos, como o narrativo, o descritivo, o expositivo, juntam-se outros como o conversacional e o retórico (ou poético) e o escrito "não poético", que constituem macrotipos em que os demais se encontram inseridos. Para os propósitos deste trabalho, utilizaremos a tipologia acima exposta, e que consideraremos na análise dos textos.



### CAPÍTULO III

## AS MARCAS LINGÜÍSTICAS DA ARGUMENTAÇÃO

### 1 UMA VISÃO ARGUMENTATIVA DA LINGUAGEM

Partindo do pressuposto de que o enunciado é o produto do ato de enunciação, em si mesmo considerado como acontecimento, e com base na afirmação ducrotiana de que a fixação da relação lógica entre duas expressões conduz à determinação de seu sentido, nos deteremos aqui no estudo de algumas técnicas discursivas, no valor argumentativo de certos morfemas e certas estruturas lingüísticas, que orientam os conteúdos para determinadas conclusões.

O valor argumentativo de uma frase não é somente uma consequência das informações por ela trazidas, mas a frase pode comportar diversos morfemas, expressões ou termos que além de seu conteúdo informativo, servem para dar uma orientação argumentativa ao enunciado, a conduzir o destinatário para esta ou aquela direção. (Ducrot, 1981:178.)

Esses morfemas, expressões ou termos, a que Ducrot se refere, são marcadores do discurso e funcionam como organizadores da interação e das unidades comunicativas, operando ao nível da delimitação e do encadeamento do texto.

A gramática tradicional considera esses marcadores argumentativos ou discursivos como elementos relacionais, assim como os conectivos mas, porém, embora, já que, pois, etc., incluindo-se, também, certos vocábulos que, segundo a Nomenclatura Gramatical Brasileira (N.G.B.), não se enquadram em nenhuma das dez classes gramaticais - **palavras denotativas**.

Celso Cunha (1975) diz que se trata de palavras "essencialmente afetivas", às quais a N.G.B. deu uma classificação à parte, mas sem nome específico.

Evanildo Bechara (1982) chama-as de denotadores de inclusão (também, até, mesmo, inclusive etc.); de exclusão (só, somente, salvo, senão, apenas); de situação (afinal, então, pois, mas etc.); de retificação (a saber, por exemplo, isto é); de expletividade (lá, só, ora, que etc.).

Luís Antônio Saconi (1982) usa a mesma classificação de Bechara e acrescenta, ainda, as denotações de adição (além disso, ainda, demais); de afastamento (embora); de afeto (felizmente, infelizmente, ainda bem); de aproximação (quase, praticamente, mais ou menos, cerca de, por volta de); de realce (é que, é porque, lá, só, cá, mas, não).

Foi com o avanço da macrossintaxe do discurso ou semântica argumentativa que se pôs em evidência o estudo desses elementos, por serem justamente eles que determinam o valor argumentativo dos enunciados, constituindo-se em marcas lingüísticas importantes da enunciação.

Segundo Vogt (1980), todo enunciado diz algo e o diz de um certo modo. Ao dizê-lo representa um estado de coisas

do mundo e, ao mesmo tempo que diz, **mostra**, isto é, o modo como o dizer é dito constitui a maneira de o enunciado representar a si mesmo, podendo assim penetrar nas relações entre linguagem, homem e mundo. E é por meio de marcas lingüísticas que o faz.

Consideraremos, a seguir, os conceitos de Classe e Escala Argumentativa, colocados por Ducrot (1981), que servem de base para o estudo dos marcadores argumentativos na linguagem.

## 2 CLASSE ARGUMENTATIVA

Diz-se que enunciados do tipo  $p$ ,  $p'$ ,  $p''$  pertencem a uma **classe argumentativa** se o locutor  $L$  considerar  $p$ ,  $p'$  e  $p''$  como argumentos favoráveis a uma certa conclusão. Se esses argumentos tendem a chegar a uma mesma conclusão, eles pertencem a uma mesma escala argumentativa.

Portanto, **Escala Argumentativa** é uma classe argumentativa que comporta uma relação de ordem.

Koch (1984) adota a escala argumentativa de Ducrot: "p é um argumento para a conclusão R, se p é apresentado como devendo levar o interlocutor a concluir R. Se este conclui R de p, implica também concluir R de p', sendo o inverso não verdadeiro".

Exemplificando, teremos:

R: Maluf é um político ambicioso.

Ele quer ser	↑	até mesmo presidente (p'')
		pelo menos governador (p')
		no mínimo prefeito (p)

Como vimos acima, os operadores argumentativos estabelecem a hierarquia dos elementos argumentativos numa escala crescente ou decrescente, no sentido de uma conclusão. Assim, não são os conteúdos p, p' e p'' que importam, mas o fato de virem marcados pelo operador argumentativo que fornece tanto a posição na escala, quanto o sentido em que esta se orienta. Ou seja, a orientação argumentativa está marcada, como uma regularidade enunciativa, no enunciado.

Dessa maneira, quando se têm duas escalas orientadas para a mesma conclusão, o encadeamento dos elementos se faz por operadores como e, nem, tanto ... como, não só ... mas também etc., como veremos no decorrer deste capítulo.

### 3 OS OPERADORES ARGUMENTATIVOS

Existe na gramática de cada língua uma série de morfemas responsáveis pelo encadeamento dos enunciados, determinando sua orientação discursiva. Esses operadores têm como função estruturar um discurso enquanto texto, e esta estruturação se faz pelo valor argumentativo desses operadores de discurso.

Vejamos o funcionamento de alguns deles, tal como estabelecido na literatura corrente:

mas ...; ... embora

Ducrot considera o morfema mas o operador argumentativo por excelência. O uso de operadores como mas, porém, embora, contudo etc. depende do tipo de estratégia empregada pelo locutor. A estratégia do mas é a de frustrar uma expectativa que se criou no destinatário; a do embora é a de manter essa expectativa, quando o enunciado vem posposto a ele, e, no caso de vir anteposto, anuncia-se antecipadamente que o argumento seguinte é o que prevalecerá.

Guimarães (1981) sugere duas estratégias: **da antecipação** e **do suspense**, que ele explica através de mas e embora. Assim, quando se diz embora B, A, antecipa-se ao interlocutor que se irá apresentar um argumento possível a favor de uma conclusão  $r$ , mas este é anulado logo em seguida pela introdução de um argumento decisivo a favor de  $\sim r$  (não- $r$ ). Porém, quando se inverte a posição dos argumentos - A embora B -, essa antecipação já não ocorre, pois  $A$  é o argumento que deverá prevalecer, uma vez que o embora sempre nega **argumentativamente** o enunciado em que aparece.

No caso de A mas B, nada previne o locutor de que se pretende apresentar, por meio de  $B$ , um argumento mais forte a favor de  $r$ , do que aquele introduzido por  $A$ , de modo que ele é surpreendido quando isso acontece. Entretanto, tal estratégia pode funcionar para certos enunciados, mas há inúmeros outros para os quais não funciona. Suponhamos, como

exemplo, que alguém me peça para ir a um determinado lugar, e eu em resposta lhe diga:

- É longe, mas eu tenho carro.  
(p) (p')

Não há, nesse caso, oposição entre as duas proposições ligadas pelo mas. A conjunção mas funciona como um elemento que dissuade o interlocutor de tirar a conclusão r (é difícil, é impossível ir até lá) a que ele é levado pela proposição (p) "É longe". Já em

- Venha, mas na hora certa.  
(p) (p')

(p) é uma concessão, enquanto (p') é uma ordem. "Venha" é um argumento para a concessão; "na hora certa" é um argumento para uma exigência.

Ducrot diz:

A expressão "p mas q" pressupõe que p pode servir de argumento para uma certa conclusão r, e que a proposição q é um argumento que anula esta conclusão. O movimento de pensamento implicado por uma frase afirmativa do tipo p mas q poderia ser parafraseado assim: sim, p é verdadeiro; tu terias tendências a dela concluir r, mas, não se deve, porque q pode ser apresentado como um argumento mais forte para não-r do que é p para r.

Isto significa que ao coordenarem-se dois elementos semânticos como p e q por meio do morfema mas, temos:

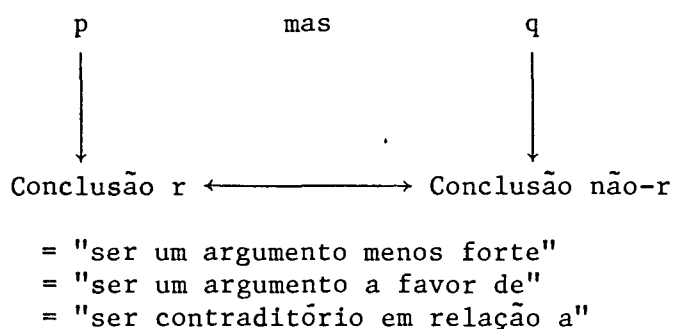
1º) que existe uma conclusão r facilmente encontrada pelo destinatário, sugerida por p mas não confirmada por q, isto é, p e q são opostos em relação a r;

2º) que a força de q, contrária a r, é maior que a força de p a seu favor, o que faz com que o conjunto p mas q seja orientado no sentido de não-r (~r).

A partir daí, Ducrot introduz uma pequena correção à sua análise habitual do mas argumentativo, onde o argumento não-r era considerado **mais forte** do que r, conforme abordamos acima.

De fato, a única coisa constante é que o locutor declara negligenciar o primeiro [enunciado] da argumentação que está construindo, para apoiar-se apenas no segundo — a força argumentativa superior atribuída a este não passa de uma justificação desta decisão. (Ducrot, apud Maingueneau, 1989: 166-7.)

Esquematisando este funcionamento, teremos:



Este esquema pode ser percorrido de duas formas, dependendo de o mas introduzir q ou não r.

Portanto, pode-se obter tanto

"Ele é gaulista, mas honesto" (p mas que), quanto

"Ele é gaulista, mas é possível confiar nele (p mas não-r).

Vemos, assim, que a conclusão é dada, sendo necessário encontrar o argumento mais forte q.

Assim: "Ele é gaulista (p), mas é possível confiar nele (não-r); ele é honesto (q)". Vemos que o primeiro percurso de mas estabelece uma relação indireta entre p e não-r, enquanto o segundo o faz diretamente.

Ducrot e Vogt (1972) afirmam que a conjunção mas não derivou do advérbio latino sed, mas sim do advérgio magis. Mas (SN) corresponde ao alemão sondern e ao espanhol sino, e possui valor pragmático de refutação, retificação ou, ainda, justificção de uma recusa de p, que segue sempre uma proposição negativa (Neg p mas q) e que pode substituído por ao contrário. O mas (PA) não exige necessariamente que a proposição precedente seja negativa. Sua função é introduzir uma proposição que orienta para uma conclusão não-r oposta a uma conclusão r, independente da forma negativa.

- Ele não é inteligente, mas apenas esperto. (mas-SN)
- Ele é inteligente, mas estuda pouco. (mas-PA)

Deixe-se claro que, quando falamos em negação em semântica argumentativa, não se trata de negação lógica, mas sim de negação **argumentativa**.

Conforme pudemos verificar nos exemplos citados, as duas funções do mas têm como condição comum a representação do discurso do outro no discurso de quem dirá mas, e como traço específico o modo desta representação em cada um dos casos. As duas funções são atravessadas pela intertextualidade (dialogismo).



Assim, com o mas (SN), o discurso do outro é citado como objeto de uma recusa imediata por parte de quem o cita; com o mas (PA), ele é citado como objeto de um acordo instrumental que será desfeito logo em seguida, uma vez atingida a finalidade do enunciado que é a de argumentar contra as conclusões que poderiam ser tiradas do discurso do destinatário.

De tudo o que dissemos até agora, vemos que as duas funções do mas constituem dois modos de dizer não, e é nisto que parece residir o seu caráter pragmático e ideológico.

Na opinião de alguns de nossos gramáticos, vemos que o mas adquire também certas conotações.

Em Mattoso Câmara Júnior (1979:86), temos:

Para a oposição, o latim vulgar desenvolveu o uso de "magis" com a idéia implícita de "preferência". "No equidem invideo, miro magis." - Em verdade não invejo, admiro antes. (ou "mas admiro").  
Com isso foram abandonadas as partículas específicas de oposição ou "adversativas" que funcionavam no latim.

Rodrigues Lapa (1987:204) diz que a partícula mas, além de substituir a compulativa e, pode significar surpresa agradável, como em "Mas que belo quadro". Talvez, diz ele, expressões como esta nascessem por analogia àquelas em que o mas está em sua verdadeira função adversativa: "Mas que tipo insuportável!" ou, então, que todo movimento de surpresa pressupõe um mas. Nesse sentido, a partícula traduz certos jogos complicados do espírito, contrastes difíceis de analisar porque repousam nas profundidades do subconsciente.

Em Enéas M. Barros (1982:278) lemos:

a - O "mas" substitui o "e" como também a negação.

"Mas ia ele distribuindo bênçãos e carinho aos necessitados, esse S. Francisco de que somos hoje os maiores ansiosos."

(G.Barros)

"mas estaria ele contente com tudo isso?"

(F.Sabino)

b - Indica oposição com valor adverbial.

"Mas eu é que não vou em teu auxílio, depois do pouco valor que destes aos meus conselhos."

(H.de Campos)

c - Indicativo de causa.

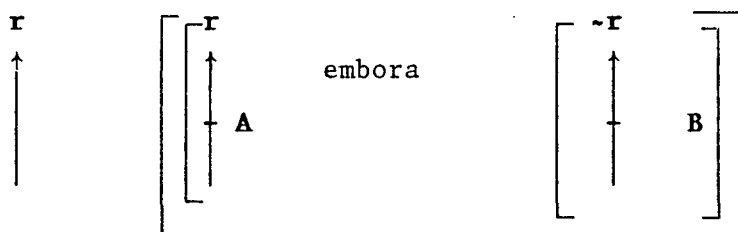
"Vocês reclamam de mim por tê-lo esquecido, mas, fazendo-o, nenhum outro ato de justiça mais legítimo me faz crescer aos olhos de meus pares."

(A.Garret)

Além dos casos apontados acima, o mas tem simultaneamente sentido adversativo e causal. Esse fato mostra que, em frases como "Maltratei-o, é verdade, mas tive para isso razões", o matiz causal provém do que se subentende deste pensamento oculto: "Admiram-se de que eu o tivesse maltratado, mas se o fiz é porque tive razões". O mas, aqui, traduz um movimento de oposição ao espanto manifestado anteriormente. E essa atitude procura dar a explicação, o motivo daquele procedimento. Daí, então, o insinuar-se no mas um valor acessório de causa, que poderia também ser expresso pela partícula pois, com alguma diferença de sentido, ou seja, acentuaria mais energicamente a relação causal.

Muitos escritores realistas souberam aproveitar o elemento de surpresa e contraste inerente à partícula, empregando-a no começo do período: "Mas dois litores avançaram: e logo atrás, caminhando a passos largos, com a vasta toga apinhada contra o peito, Pilatos apareceu" (Eça de Queiroz). Já em "Rabi Eliézer diz que não viu jamais cidade bela quem não viu Jerusalém! Mas ao nosso lado passava gente alegre, correndo para o lado da verde estrada que sobe de Betânia ..." (Eça de Queirós), o mas perde todo o caráter de conjunção, uma vez que não estabelece ligação com o antecedente. Não se procura aí estabelecer a transição; pelo contrário, o morfema é como um sinal, um toque para mudar de assunto e olhar para o outro lado. Passa assim a ser visto como um "advérbio com significado mais ou menos temporal" (Rodrigues Lapa, 1987).

Voltando ao marcador concessivo embora em A, embora B ou Embora B, A, temos a seguinte estrutura argumentativa:



Sendo  $A$  argumento a favor de  $r$  e  $B$  argumento a favor de  $\sim r$ ,  $A, embora B$  é argumento a favor de  $r$ . O argumento que predomina é  $A$ ; o encadeamento do discurso se faz na direção apontada por  $A$ . Isto significa que frases do tipo  $A, embora B$  têm uma estrutura argumentativa oposta àquelas como  $A mas B$ ,

como vimos anteriormente. Com embora tem-se a possibilidade de uma inversão iniciando-se a frase pelo embora, o que não é possível com o mas. Tem-se A, embora B ou Embora B, A; mas tem-se somente A. mas B.

Podemos, assim, dizer que:

a) com A, embora B, diz-se algo como argumento a favor de uma conclusão, e mantém-se esse argumento como válido, mesmo que se apresente outro argumento favorável à conclusão oposta;

b) com Embora B, A apresenta-se um argumento para uma conclusão dizendo-se que o que prevalecerá é o outro argumento que ainda será apresentado;

c) com A, mas B diz-se algo que pode ser assumido como argumento válido e em seguida nega-se a validade de tal argumento, à medida que se dá um outro argumento para uma conclusão oposta.

Guimarães chama tais perspectivas de "estratégias de relação", e explica:

Embora B, A - estabelece uma estratégia entre locutor e destinatário; - A, embora B - estabelece uma outra estratégia; enquanto que - A, mas B - estabelece uma terceira. E cada uma dessas estratégias é parte da significação de cada uma das frases juntamente com o seu conteúdo significativo. (Guimarães, 1987:93.)

Vemos, então, que tanto as adversativas como as concessivas, embora pertençam à área semântica de oposição (opõem argumentos orientados para conclusões contrárias), têm comportamento discursivo diverso.

... ainda ...

Sobre o operador ainda podemos dizer que ele serve como:

- a) marcador de excesso (temporal, não temporal);
- b) introdutor de mais um argumento a favor de determinada conclusão.

Consideremos os exemplos:

- (1) Pedro continua a trabalhar.
- (2) Pedro ainda trabalha.
- (3) Pedro ainda continua a trabalhar.

Vemos, no exemplo (3), que os elementos do conteúdo dos enunciados, isto é, o pressuposto e o posto, são dados lexicalmente pelo continuar, e ao ainda fica o papel de intensificar a relação a partir da marca apreciativa de excesso, ou seja, apreciar a duração como excessiva.

Em

- (4) Pedro é ainda mais inteligente que João.

a comparação se faz necessariamente na zona da inteligência. Parece que o papel de ainda na comparação é o de **fixador** da zona em que a comparação deve ser efetuada. Ainda opera na comparação no sentido de orientar os dois elementos comparados numa só direção argumentativa (a do favorável ou do desfavorável).

A hipótese que do ponto de vista semântico parece poder explicar este fenômeno é a hipótese pressuposicional. Assim, dado um enunciado do tipo:

A é ainda mais F que B ou A é ainda menos F que B,

onde F representa a qualidade,

a hipótese pressuposicional o analisaria como:

(pressuposto)  $pp = B \text{ já é } F$

(posto)  $p = A \text{ é mais } F \text{ que } B.$

Desse modo, o papel de ainda na comparação seria reduzido a uma exceção que orientaria apenas quando o adjetivo fosse não-marcado.

Dentro dessa hipótese, haveria o problema de ainda ocorrer com o comparativo de igualdade:

a) Pedro é ainda tão inteligente quanto João.

b) Pedro é ainda tão burro quanto João.

Em ambos os casos, verificamos que o escopo de ainda não pode ser o quantificador tão, isto é, ainda não pode ocorrer incidindo sobre tão. Neste caso, o operador não será comparativo, mas funcionará como um anafórico, como um dêitico, remetendo a uma situação, isto é, a um discurso anterior implícito, a uma situação explicitada lingüisticamente.

Isto nos leva a distinguir dois valores para o elemento ainda, conforme citamos anteriormente — **marcador de excesso** e **introdutor de mais um argumento a favor de uma conclusão**.

... também ...

Este operador possui certas propriedades sintáticas, que não impedem a confirmação de seu caráter argumentativo. Tomemos como exemplo:

E <sub>1</sub>	E <sub>2</sub>
E <sub>3</sub>	
Pedro veio e João veio <u>também</u> .	
"	" " João não veio.
"	" " João <u>também</u> .
"	" " João não.
"	" " João sim.
"	" " João <u>também</u> veio.
"	" " João <u>também</u> não veio.

Estes enunciados mostram que, sendo E<sub>1</sub> positivo e se E<sub>2</sub> for igualmente positivo, também é indispensável; se, por outro lado, E<sub>2</sub> for negativo, também não pode ocorrer.

No conjunto seguinte:

E <sub>1</sub>	E <sub>2</sub>
E <sub>3</sub>	
Pedro não veio e João veio também.	
"	" " João veio também.
"	" " João não veio.
"	" " João também.
"	" " João não.
"	" " João sim.
"	" " João também não.
"	" " João também não veio.

Podemos dizer que haverá também num enunciado do tipo  $E_1$  e  $E_2$  se e somente se  $E_2$  vai no mesmo sentido de  $E_1$ . Ou seja, se  $E_1$  for negativo, como neste conjunto, então  $E_2$  ou é positivo sem o também ou é negativo com o também.

Vemos então que a argumentatividade de também reside no fato de que ele opera ao nível de duas proposições para igualá-las em termos de força argumentativa. Dizer P também Q significa dizer que P e Q têm a mesma força argumentativa. Essa igualdade operada por também contém dois movimentos psicológicos:

1º) um movimento de **adição**, que faz com que também seja interpretado como equivalente a além disso;

2º) um movimento de **oposição**, que recoloca as duas proposições em nível de igualdade e a igual distância da conclusão r para a qual ela se orienta. É isto que permite que também possa introduzir um valor de contrariedade ou descontentamento entre as enunciações que ele relaciona, como o exemplo abaixo, onde A e B são personagens e A conta a B o seu insucesso como vendedor, e diz:

- Não adianta, eu não consigo vender nem mesmo uma panela.
- Também, você não faz nenhuma força para que os caras comprem!

O também, nesse caso, parece introduzir uma dose de afetividade ainda maior no enunciado.

Tais ocorrências não têm recebido dos gramáticos e lexicólogos nenhuma explicação para as marcas afetivas da significação deste termo.



Rodrigues Lapa, no seu *Estilística da Língua Portuguesa* (1982), diz que as palavras ditas invariáveis, como os advérbios, foram agintidas por choques afetivos. Originariamente, o advérbio também era uma expressão comparativa, o seu sentido era tanto. Mais tarde recuperou a sua autonomia e adquiriu outros valores. Essa evolução já se vê nos fins do século XV, nos versos do poeta Diogo Brandão: "espero firme de ser na vida também na morte" (Cancioneiro de Resende, III:51).

Em "Também, a Sra. Juliana arrenegava-se por qualquer coisa", o também, nesse caso, poderia ser substituído por: na verdade, realmente, com franqueza, mas nenhuma destas locuções tem a espontaneidade, o calor da alma e até mesmo a complexidade de sentido daquele também. A palavra, dita em tom vagamente exclamativo, marca uma atitude de oposição, de discordância amigável da parte de quem está falando.

O tom interjeitativo da expressão "também o pai sempre diz coisas!..." deixa notar o significado de desgosto, descontentamento ou estranheza. O ponto de exclamação traduz e acentua o caráter afetivo dessa palavra.

Em "Grandes éguas! Também, o que eu as olho, o que eu trato!", o advérbio também exprime uma relação de causa estritamente ligada à relação de consequência. Entretanto, no exemplo "Também vocês nunca sabem nada!" é quase impossível apreender o verdadeiro sentido da palavra, pela espontaneidade irreprimível de um gesto afetivo. Trata-se de uma atitude de descontentamento.

Concluindo, podemos dizer que também é um operador de argumentação que opera uma igualdade entre as proposições que ele relaciona, assumindo nuances de significações diversas que constituem marcas explícitas da intersubjetividade que lhe é própria.

... mesmo ...

Este operador permite dizer ou revelar, dados dois argumentos, qual argumento está acima de outro na escala. Se podemos dizer:  $p$  e mesmo  $p'$ , isto significa que qualquer que seja  $r$ , se  $p$  é um argumento para  $r$ , então  $p'$  é também um argumento para  $r$ , e assim mais forte que  $p$ .

Na estrutura comparativa, conforme a sua posição, este operador age de forma a desambigüizar a comparação, selecionando e pondo em evidência o modo de realização da seleção, do tema e do comentário. Podemos dizer, então, que mesmo pode:

1º) estabelecer uma relação argumentativa entre os elementos que o constituem; e que o elemento precedido de mesmo estará acima dos demais, enquanto argumento de uma escala argumentativa. Neste caso, mesmo ordena argumentativamente o enunciado, segundo a intenção do locutor.

Em  $r$  - A festa estava ótima.

$p'$  - João veio

$p$  - Paulo veio

$L$  - A festa estava ótima. Paulo veio e até mesmo João estava lá.

2º) estabelecer uma relação argumentativa entre elementos que já se apresentam ordenados. Neste caso, mesmo respeita a ordem lexicalmente dada operando numa escala argumentativa determinada por r. Assim, em "Pedro é inteligente e mesmo genial", inteligente e genial, inteligente e genial são ordenados segundo uma escala de valor;

3º) dado um enunciado comparativo, numa estrutura argumentativa ambígua, o operador mesmo escolhe, segundo a linha do favorável e do desfavorável, a orientação da escala argumentativa apresentando como um argumento forte em relação ao tema o elemento escolhido como comentário. Porém, se o operador mesmo tem como escopo o termo comparante de uma estrutura comparativa, pode, em certas situações, escolhê-lo como tema.

Em "Pedro é mesmo tão forte quanto João", o operador mesmo, além do papel de desambigüizador, fortalece o argumento escolhido. Isto significa que, dado o par semântico tema/comentário, a estrutura comparativa o realiza segundo uma dupla relação: dado um tema A e um enunciado B, dá-se também B e um comentário B.

Ducrot esclarece tal proposição dizendo:

Se  $r$  pode ser deduzido de  $p$ , então  $r$  também se deduz de  $p'$ , o inverso não sendo verdadeiro.

Mais tarde, acrescenta:

Se se aceita apresentar  $p$  como argumento para  $r$ , então deve-se aceitar  $p'$  como argumento para  $r$ , não sendo o inverso verdadeiro.

Sendo assim, para poder dizer p e mesmo p', é necessário que p e p' sejam orientados para uma conclusão idêntica e que p' conduza melhor a essa conclusão.

... quase ...

No exemplo "Ele chegou quase atrasado", podemos concluir: "então ele chegou na hora", o que seria impossível se se retirasse o elemento quase. Em certos casos chega-se a dizer: "Estou quase atrasado", para fazer notar que se está na hora. Vemos assim que exemplos desse tipo comportam também, na sua significação literal, o pressuposto "Não estou atrasado". Deduz-se, então, que todo o locutor que utiliza quase p como argumento a favor de certa conclusão, considera p' como argumento ainda mais forte para essa mesma conclusão.

Podemos observar que o comportamento de quase é totalmente oposto ao de apenas, pois quase p e apenas p pertencem raramente à mesma classe argumentativa. Se "quase atrasado" é dado como índice de negligência, "apenas um pouco atrasado" seria dado como índice de boa vontade.

Concluindo, podemos dizer que os enunciados com quase em termos argumentativos apontam para a totalidade, para a universalidade positiva; enunciados com apenas, em termos argumentativos, apontam para a negação plena, para o nada, para a universalidade negativa.

Podemos constatar isso nos exemplos abaixo:

- Muitos estudantes estão descontentes com o aumento das mensalidades, quase 90%. (afirmação)
- Poucos estudantes tomaram conhecimento do fato, apenas 10%. (negação)

não só ... mas também ...

Na Gramática Tradicional esse operador é freqüentemente tido como conjunção aditiva, semelhante ao e. Porém seu uso mais freqüente dá-se em testes de registro formal, ou com forte caracterização argumentativa. Quando um locutor diz não só p, mas também q, ele procede como se pressupusesse, no seu interlocutor, a intenção de acrescentar a p um mesmo que lhe conferisse, como é próprio desse operador, um caráter de exclusividade.

A recusa do locutor encontra, enfim, a sua razão argumentativa pelo fato de ser apresentado como um argumento de igual força que p, ou seja, como um argumento que, por ser igual, opõe-se de certa forma a p (=mas também q). Deste modo, diremos que o mas, nesse caso, é metalingüístico, refutador, pois ele é destinado a dizer que A não tinha o direito de dizer "Mesmo Pedro veio", no diálogo seguinte:

A - Até mesmo Pedro veio.

B - Mas João também veio.

Dizendo mesmo, A pretendia significar que "Pedro veio" era o argumento mais forte para a conclusão r (sucesso da festa). Respondendo com também, B dá um argumento tão forte quanto "Pedro veio" em favor de r, impedindo, assim, que se considere "Pedro veio" como argumento mais forte.

Este operador é comumente empregado em discursos que visam a persuadir ou a convencer o auditório das conclusões a que se quer chegar. Sendo assim, os recortes enunciativos com não só... mas também têm caráter polifônico, isto é, pos-

suem a capacidade de evocar argumento de outros enunciados, que passam a interpor o discurso de um determinado locutor/enunciador. A essa evocação a semântica argumentativa chama de **polifonia**.

É fundamental, para a determinação do sentido de enunciações com não só...mas também, não somente...mas (também), não só... como etc., saber se tais morfemas articulam argumentos ou conclusões, pois essa diferença é que leva à determinação da força argumentativa própria da polifonia. Tanto não só...mas também quanto e articulam argumentos; nesse caso, esses argumentos são representados com a mesma força argumentativa, ou seja, os argumentos são apresentados como equivalentes argumentativamente. Portanto, faz parte da significação de e e de não só...mas também a idéia de que eles acrescentam algo ao que se disse antes, estabelecendo uma equivalência entre os elementos articulados.

As enunciações com e e não só...mas também têm o sentido constituído por:

- a) enunciações com e  
 equivalência entre os elementos articulados:  
 os elementos articulados são atribuídos a um único enunciador;  
 os elementos articulados ou são argumentos ou são conclusões;
- b) enunciações com não só...mas também  
 equivalência dos elementos articulados:  
 os elementos articulados são atribuídos a enunciadores diferentes;  
 os elementos articulados ou são argumentos ou são conclusões.

## POUCO e UM POUCO

Esses operadores se opõem argumentativamente, isto é, pouco orienta no sentido da negação, da restrição, ao passo que um pouco orienta no sentido da afirmação.

Quando se tem duas escalas orientadas no sentido da afirmação plena (universal afirmativa: tudo, todos) ou da negação plena (universal negativa: nada, nenhum), os quantificadores selecionam determinados operadores capazes de dar seqüência ao discurso. (Koch, 1984:109.)

Exemplificando, temos:

- Este vestido está um pouco caro; não sei se vou levá-lo. (afirmativa plena)
- O brinquedo custa pouco; sei que poderá comprá-lo, mamãe. (negativa plena)

Acrescente-se que a realidade discursiva não é uma realidade factual, podendo dar-se que, referencialmente, a quantidade seja a mesma. Esta observação é feita hoje por Ducrot (1989:17):

A maior parte das línguas possui duplas de frases que têm as duas propriedades que seguem.

(1) indica-se o mesmo fato mais enunciando, em uma situação de discurso dada, uma ou outra destas frases. (2) Um enunciado de uma e um enunciado de outra — mesmo supondo idêntica a situação de discurso — não autoriza a mesma argumentação.

Portanto, a um mesmo conteúdo factual correspondem interações argumentativas diferentes. Ou: a diferença argumen-

tativa não deriva necessariamente de diferenças informativas acaso existentes.

A modificação semântica trazida por um pouco nos faz compreender justamente que um pouco não serve, de maneira alguma, para pôr um julgamento de quantidade, mas somente para delimitar quantitativamente o limite de um julgamento.

### **já que, pois, porque**

As conjunções já que, pois e porque têm funções diferentes e permitem uma compreensão melhor dos mecanismos de organização do discurso em texto. Assim, porque e já que podem encontrar-se no começo do enunciado, ao passo que pois exige um texto anterior, um pré-texto.

- Porque sabe geografia, ele se diz um sábio.
- Já que te calas, não insistirei.
- Pois sabe grego, ele se acredita um sábio. (Bastante estranho.)
- Comprarei tudo, pois me sobre dinheiro.

Tal fato está de acordo com a gramática tradicional, quando exige a pausa que separa as proposições relacionadas pela conjunção pois. Vemos assim que a conjunção pois marca um ato de fala específico, e sua função é justificar um ato de enunciação anteriormente praticado.

Quando emprega já que, o locutor estabelece uma relação específica entre p e q.



Quarendo fundamentar uma ação e significar que a causa determinante é fato bem conhecido, servimo-nos de já que, visto como. (Said Ali, 1964:147.)

Em relação ao marcador porque, este funciona como uma espécie de marca de subjetividade, cuja intenção é introduzir um ato de justificação da primeira proposição. Portanto, as operações realizadas pelas conjunções pois, já que, pois que, porque e por outras conjunções causais não se fazem ao nível dos atos da fala que instituem estes conteúdos. Realizam, assim, uma operação argumentativa cuja função é relacionar dois enunciados, de tal forma que não se perca a individualidade de cada um. Estas conjunções são, portanto, marcadores de subjetividade.

Pudemos assim constatar que grande parte da força argumentativa do texto está na dependência desses operadores argumentativos, responsáveis pela orientação argumentativa global de cada texto, levando assim o interlocutor a um determinado tipo de conclusão.

No entanto, tanto nas gramáticas, como no ensino de língua materna, a questão desses morfemas tem sido abordada numa perspectiva basicamente morfossintática, através de uma classificação que pouco ou nada diz do funcionamento do texto, do seu encadeamento, da sua coerência, da sua progressão.

Deste modo, tais elementos lingüísticos, abordados de modo tão estreito, têm passado despercebidos. É necessário, pois, que o usuário se conscientize do valor argumentativo e estrutural dessas marcas, a fim de percebê-las no discurso do outro e habilitar-se à sua utilização no seu próprio discurso.

## CAPÍTULO IV ANÁLISE DE TEXTOS

### I CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Com a seleção de textos aqui apresentados, procuramos atender à necessidade do aluno de 2º grau, induzindo-o a incorporar novas modalidades de análise do texto, uma vez que o estudante é leitor de qualidades diversas de publicações, como o livro informativo ou técnico, o fascículo, a revista, o jornal etc. Optando por uma diversidade de textos, entendemos que só desta maneira o aluno poderá apreender toda a gama de possibilidades com que se defronta. A limitação dos tipos de textos utilizados no ensino tem como resultado não apenas uma pobreza relativa de materiais, mas implica, sobretudo, uma limitação significativa na experiência existencial do aluno.

Esses fatos nos levam a propor reconsideração da tipologia textual utilizada no ensino de 1º e 2º graus, o que seria mais produtivo se se permitisse a análise das condições de produção e de recepção de todo o tipo de texto, para que o aluno desenvolvesse a sua própria capacidade de raciocínio, veiculando idéias, deixando de ver o texto como um amontoado

de palavras, retomando a sua condição de sujeito de seu próprio desenvolvimento, evidenciando a relação aluno-texto-contexto.

Foge-se, portanto, aqui, da terminologia sucedânea da maioria das análises de textos – comentário do texto, estudo do texto, interpretação do texto etc. –, que mostram a desagregação do sentido primeiro da análise textual. Buscamos através de uma tipologia textual diferenciada, permitir ao aluno usar o raciocínio, organizá-lo e expô-lo com coerência, demonstrando competência comunicativa, além da competência lingüística. Nos textos em análise, procuramos focalizar alguns aspectos teóricos vistos nos capítulos deste trabalho, procurando assim oferecer através da prática de análise textual uma contribuição teórico-metodológica para a exploração do texto na sala de aula.

## 2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS TEXTOS

Como **corpus** deste trabalho, decidimo-nos pela análise de diferentes tipos de textos, devido à especificidade do funcionamento discursivo que cada um deles apresenta.

Partindo da afirmação de Vogt (1980) de que "todo discurso diz algo e o diz de um certo modo", abordamos, na análise dos textos, alguns aspectos relativos à textualidade e à argumentatividade definidas na parte teórica deste trabalho, procurando mostrar a materialidade do sentido e os processos de constituição do sujeito, explicitando mecanismos de estruturação presentes no funcionamento discursivo de qualquer texto.

## Texto 1

## FUTEBOL - FENÔMENO LINGÜÍSTICO

A1 [ Essa massa indistinta que ouve futebol pelo rádio, que o as-  
 siste pela televisão ou que comparece aos estádios, normalmente so-  
 fre ou alivia-se. O alívio pode surgir de cada lance perigoso não  
 A2 [ concluído pelo adversário, da conclusão de uma espera transformada  
 no gol, do término da tensão esportiva, isto é, da certeza de um re-  
 sultado.

B1 [ Dante Panzeri divide os torcedores entre indivíduos que vão  
 ver o jogo e aqueles que vão ver a vitória. Os primeiros são aqueles  
 que só gostam (ou não gostam) do espetáculo. São os que aplaudem mas  
 B2 [ não agridem. O segundo tipo de torcedor "é o doente, o fanático, que  
 translada até o campo de jogo a influência de suas paixões, angús-  
 tias, alegria incontrolada". É pensando nele, sem dúvida, que Néilson  
 B3 [ Rodrigues conceitua o futebol como a "protophonia do enfarte". A prá-  
 tica vivencial confirma esse conceito. A notícia de que "no bairro  
 B4 [ da Macaxeira (Recife) um torcedor morreu de emoção, porque o Santa  
 Cruz foi vitorioso do campeonato", não é excepcional. De fato, não  
 B5 [ são poucos os casos como este, em que a explosão de alegria, provo-  
 cada por um gol ou um resultado, pode custar a vida de um torcedor.

B6 [ Sua participação crítica no espetáculo, já que conhece as regras do  
 jogo, é tão profunda, a sua involução tão completa, que ele vive o  
 B7 [ lance com mais vibração do que o próprio craque. Este envolvimento  
 no jogo permite chegar à abstração completa da realidade circundante  
 e isto, em determinadas situações, também pode levá-lo à morte: a

B8 [ Justiça Mineira absolveu Vaguinho pelo atropelamento e morte de um  
 pedestre em Belo Horizonte. O Juiz reconheceu que a vítima atraves-  
 sava, distraidamente, a rua ouvindo o jogo num rádio de pilha.

(Maria do Carmo L. Oliveira Fernández. Rio de Janeiro,  
 Ed.Documentário, 1979. 143 p.)

O texto é apresentado por uma jornalista, comentando genericamente a atitude, o sofrimento do torcedor de futebol, que ela classifica como "Essa massa indistinta".

Podemos tomar os dois parágrafos do texto como correlatos de recortes que apresentam, no primeiro parágrafo, argumentos para uma conclusão – "o sofrimento é normal para o torcedor de futebol". No segundo parágrafo há um conjunto de argumentos que não invalida os do primeiro parágrafo; ao contrário, reforça-os, na medida em que divide os torcedores em duas categorias – os que só assistem, mas não agridem, e os fanáticos, que agridem e se agridem, levando-nos também à conclusão "o fanático é um misto de paixão, alegria e sofrimento". Trazendo para dentro do texto a polêmica da "violência do futebol", a autora utiliza argumentos fortes, conferindo um tom emocional ao texto. Dentro desse enfoque, as possibilidades de reversibilidade autor/leitor aparecem reduzidas, o que leva a considerar o texto do tipo narrativo/descritivo com tendências para o tipo polêmico. Vemos assim que o leitor é plenamente absorvido pelo conteúdo, levado pela linguagem utilizada, que encaminha o leitor para uma adesão completa ao texto. Dentro dos recortes enunciativos que constituem os parágrafos, o desenvolvimento homogêneo dos enunciados, o caráter seqüencial e contínuo contribuem para a coesão e corência do texto. O fenômeno tópico/comentário se faz presente na medida em que o recorte A1 serve de tema (=tópico), funcionando o restante como comentário. O autor inicia o texto com o sintagma dêitico essa massa indistinta (=torcedor), e prossegue estabelecendo uma relação

de disjunção através do conectivo ou em "assiste pela televisão ou comparece ao estádio", "sofre ou alivia-se", enquanto o operador justificativo ou explicativo isto é em "isto é, da certeza de um resultado" introduz parafrásticamente uma asserção esclarecendo, determinando, marcando, matizando o que foi enunciado anteriormente.

Dentro do 2º parágrafo manifesta-se o fenômeno tópicoco/comentário, orientando argumentativamente todo o enunciado, estabelecendo sua continuidade através de movimentos de retorno e avanço que permitem a abertura de possibilidades discursivas: "Dante Panzeri divide os torcedores [...] que vão ver a vitória" (tópico), constituindo-se como comentário o recorte B2. Retomando os recortes que constituem esse parágrafo, encontramos mas (PA) em "são os que aplaudem mas não agridem" (B2) "vão ver a vitória"), frustrando uma expectativa que se podia criar no leitor. Nesse caso ele é citado como objeto de acordo, entre as duas proposições, onde há possivelmente uma divisão entonacional no interior da frase.

Em B3 – "é pensando nele [...] enfarte" (o anafórico nele remete ao segundo tipo de torcedor, que agora tematiza o texto) – e através do operador comparativo como, o autor estabelece, através da fala de Nelson Rodrigues, uma relação de igualdade (futebol = "protofonia do enfarte"). O autor passa então à explicação dos mecanismos que levam à comparação, através de estratégias argumentativas descritivas.

Além do sintagma anafórico esse conceito (B4) que remete, retoma e direciona o enunciado anterior, temos o por-

que (B5) – "porque o Santa Cruz foi vitorioso" –, introduzindo uma justificativa, uma nova enunciação, em que toma a primeira asserção como tópico, estabelecendo uma relação de causalidade.

No recorte B6, deparamos com o anafórico este, que, remetendo ao enunciado anterior, encadeia a argumentação, colocando o fato apresentado anteriormente como tópico, desencadeando-se novo comentário. Observa-se em B7 o operador já que responsável pelo encadeamento de um novo segmento discursivo. Ao dizer A já que B, vemos que o conteúdo de A é implicado pelo conteúdo de B. Nesse caso, o ato de inferência caracterizado pela presença do marcador já que toma a proposição A em A já que B, como uma evidência, um ato de justificação, do qual se vai deduzir B, no caso:

- A "Sua participação crítica [...] é tão profunda [...] que ele vive o lance com [...] o próprio craque".  
 B (dedução) "ja que conhece as regras do jogo".

Novamente, o anafórico sintagmático este envolvimento retoma o enunciado anterior através de um substituto lexical, colocando-o, como vimos anteriormente, apresentando os argumentos especificados neste recorte (B7) como comentário. Este é novamente retomado como tópico, através do elemento anafórico isto em "e isto [...] pode levá-lo à morte", sendo o fecho do texto articulado pela relação de causalidade, marcada dentro do enunciado anterior e explicitada no final do discurso.



## Texto 2

## O PESO DA ORIGEM

01:Veja - Em sua pesquisa, o senhor desvenda a força política de um  
02:preconceito - contra os migrantes nordestinos que vivem no sul do  
03:país. Como é isso?

04:Pierucci - A existência de preconceitos na sociedade brasileira é um  
05:fenômeno bastante conhecido. Nos anos 50, por exemplo, os profes-  
06:res Roger Bastide, Oracy Nogueira e o atual deputado Florestan Fer-  
07:nandes realizaram trabalhos muito importantes a esse respeito. Eles  
08:mostraram que, no Brasil, havia um tipo de preconceito chamado de  
09:preconceito de marca. Ou seja: as pessoas eram discriminadas por  
10:causa de sua cor, por exemplo. O que estamos vendo agora, no entan-  
11:to, é um caso diferente.

12:Veja - E o que está ocorrendo agora?

13:Pierucci - O que se pode verificar é a existência de outro tipo de  
14:preconceito, mais atrasado, ainda, mais maligno, que é o preconceito  
15:de origem. Essa era uma forma de preconceito bastante comum nos Es-  
16:tados Unidos, onde uma pessoa era discriminada por causa de seus  
17:país. Por exemplo: não importa se a pessoa é branca, negra ou mula-  
18:ta. O fato de ela ser filha de branco ou de negro é que vai determi-  
19:nar se irá sofrer, ou não, um tipo de discriminação. E é isso que  
20:estamos vendo hoje, em lugares como São Paulo, em relação à popula-  
21:ção nordestina.

22:Veja - Como esse preconceito se manifesta?

23:Pierucci - Quando conversamos com pessoas que moram em certos bair-  
24:ros de classe média e média baixa de São Paulo, por exemplo, perce-  
25:bemos que elas têm uma convicção muito grande de que a maioria de  
26:seus problemas tem como raiz a presença de uma grande quantidade de  
27:migrantes nordestinos em suas vizinhanças. Essas pessoas têm a im-  
28:pressão de que estão vivendo uma época de decadência moral em que  
29:seus bairros se deterioram, as escolas estão cada vez piores - e en-  
30:xergam isso como o resultado da migração nordestina.

31:Veja - Esse fenômeno não seria uma nova versão do preconceito contra  
32:os pobres?

33:Pierucci - Hoje, esses dois preconceitos formam uma coisa só. Essa  
34:população assustada tende a considerar os nordestinos como seres bem  
35:diferentes de si própria. Seriam pessoas que não seguem os mesmos  
36:valores morais, que não têm o mesmo padrão de vida nem a mesma edu-  
37:cação. Ninguém diz isso, explicitamente, mas fica subentendido que é  
38:gente de uma outra natureza, uma outra espécie. Vem daí a sugestão  
39:de que seria possível livrar-se dela, como se não fossem seres huma-  
40:nos, com famílias, pessoas com direitos iguais aos seus - mas como  
41:se fossem um problema sanitário. A idéia de "limpar" a cidade dos  
42:pobres é muito forte.

43:Veja - Nesse inferno, qual é o grande pesadelo?

44:Pierucci - Tem um aspecto que daria assunto para muitos psicanalis-  
45:tas. O que mais incomoda as pessoas são os cortiços. Dentro dos cor-  
46:tiços, o que mais assusta é o banheiro. Eles têm certeza de que ali  
47:é um lugar imundo, contagioso, promíscuo. Ora, nós sabemos que isso  
48:pode ser verdade em alguns cortiços, mas não é verdade em outros. A

49:dificuldade é que essas pessoas não estão com capacidade para enxer-  
50:gar isso, para relativizar os fatos ou tentar compreendê-los. Pensam  
51:que isso é perda de tempo. Querem soluções que pareçam rápidas, efi-  
52:cazes, radicais. Também ouvi de muita gente o temor de que as famí-  
53:lias nordestinas são muito grandes e que é preciso tomar uma provi-  
54:dência para impedir que continuem se multiplicando. Há pessoas favo-  
55:ráveis à esterilização das mulheres nordestinas.

56:Veja - Nas chamadas cidades médias do interior do país, o problema  
57:do preconceito contra o nordestino se coloca da mesma forma?

58:Pierucci - Ali, ocorre um quadro bastante diverso. O fundamental é  
59:que há uma vida comunitária. São sociedades onde existem conflitos e  
60:contradições, mas onde as pessoas não perderam o sentido de solida-  
61:riedade. Na maioria dessas cidades, as pessoas têm orgulho de dizer:  
62:"Nós cuidamos de nossos pobres". O mais interessante é que, nesses  
63:lugares, as pessoas se sentem responsáveis pelos problemas dos ou-  
64:tros. A chamada sociedade civil, ali, está organizada para atender  
65:os mais carentes. Existem entidades religiosas e laicas que durante  
66:décadas vêm garantindo uma assistência maior aos necessitados. O im-  
67:portante é que nessas cidades esse trabalho é realizado de forma  
68:constante e não depende de quem é prefeito. As pessoas se ocupam dos  
69:problemas sociais da mesma forma que fazem questão de manter limpa a  
70:calçada de suas casas.

71:Veja - E por que numa cidade grande, como Rio de Janeiro e São Pau-  
72:lo, isso não acontece?

73:Pierucci - Nessas cidades há um acúmulo de problemas. A escala da  
74:pobreza, em primeiro lugar, é muito maior. Além disso, a concentra-  
75:ção de renda é mais acentuada. E são relativamente poucas as pes-  
76:soas que podem, efetivamente, auxiliar-se umas às outras. A terceira  
77:questão é política. Nas cidades médias, a sociedade está organizada  
78:para realizar um trabalho assistencial. Nos grandes centros, a ênfa-  
79:se é na reivindicação, cobrar coisas do governo.

80:Veja - E essa mudança é importante?

81:Pierucci - Em alguns casos, creio que chega a ser decisiva. Uma en-  
82:tidade ocupada em prestar assistência a uma comunidade pode, por  
83:exemplo, minorar o sofrimento de uma família que padece todo tipo de  
84:carência. Não irá resolver o problema, mas poderá aliviar. Uma enti-  
85:dade reivindicativa estará preocupada, sempre, em pedir que o gover-  
86:no, seja ele o prefeito, seja o governador, tome providências. O re-  
87:sultado é que a sociedade perde a capacidade de iniciativa e de re-  
88:solução de certos problemas, independentemente do Estado. Não tenho  
89:a menor ilusão de que uma postura assistencialista seja capaz de re-  
90:solver os problemas sociais das grandes cidades, por causa de sua  
91:dimensão gigantesca. Mas é indiscutível que poderia minorar algumas  
92:situações.

(Entrevista concedida a **Veja** por Antônio Flávio Pierucci, 17  
fev.1988, n.7, p.3,4,6, Ed.Abril.)

O texto em observação – O Peso da Origem – é uma entrevista dada à revista **Veja** pelo sociólogo Antônio F. Pierucci, que enfoca as diferentes formas de preconceitos existentes na sociedade, caracterizando-se a linguagem pela maneira explícita com que apresenta os argumentos, conduzindo assim o leitor, a partir deles, ao conhecimento dos fatos, de um modo geral, aceitos pela sociedade. Trata-se de um texto de caráter narrativo e potencialmente polêmico pelo conteúdo, mas não polemizado na entrevista. Observa-se que não há polêmica entre o entrevistador e o entrevistado, mas um movimento de retorno e avanço, na medida em que o já-dito é retomado estabelecendo-se assim a seqüência progressiva do texto. Isto equivale a dizer que o fenômeno tópico/comentário aí se caracteriza, e que, se se quisesse a continuidade do texto, isso se daria sem o entrevistador, que é o mediador da progressão. Os argumentos utilizados levam o leitor a aderir à leitura do texto e converter-se em simples ouvinte, o que favorece o processo de **persuasão**. A reversibilidade se mostra de maneira ordenada, reduzida a perguntas e respostas que se encadeiam, marcadas por tempos verbais predominantes do mundo narrado (pretérito).

Procuramos levantar alguns elementos de **coesão** presentes no texto, como mecanismo para uma análise textual, indicando, à esquerda, os elementos que pressupõem e, à direita, os pressupostos, de acordo com as linhas numeradas no texto.

## 1 Referências

### 1.1 Dêixis

sua (pesquisa)	(1)	na presença do senhor	(1)
hoje	(2)	atualmente	

### 1.2 Anáforas

isso	(3)	(retoma toda a parte do texto anterior)	(1, 2)
esse	(7)	A existência de preconceito	(4)
Eles	(7)	Roger Bastide, Oracy Nogueira e o ... Florestan Fernandes	(6)
Essa	(15)	preconceito de origem (essa forma de preconceito)	
onde	(16)	nos Estados Unidos	(15)
ela	(18)	a pessoa	(17)
isso	(19)	preconceito de origem	(14)
elas	(25)	pessoas	(23)
suas	(27)	pessoas ... classe média baixa de São Paulo	(23, 24)
(em) que	(28)	época de decadência	(28)
isso	(30)	decadência moral ... estão cada vez piores	(28, 29)
esse fenômeno	(31)	(retoma todo o parágrafo anterior)	(23-30)
esses	(33)	migração nordestina; preconceito contra os pobres	(27; 31)
isso	(37)	(retoma parte do parágrafo)	(33-37)
dela	(39)	gente de uma outra natureza, uma outra espécie.	
seus	(40)	delas, das pessoas de classe média de São Paulo	(24)
Nesse inferno	(43)	(retoma grande parte do texto (13-42) (Inferno é substituto lexical de toda a situação retomada.)	
Eles	(46)	as pessoas (45) (retomado sem concordância gramatical)	

isso	(47)	o banheiro ... é um lugar ... con- tagioso	(46-47)
(outros	(48)	cortiços (retoma os enunciados: Den- tro dos cortiços... mas não é ver- dade em outros	(45-48)
dessas cidades	(51)	cidades médias do interior do país	(56)
nesses lugares	(62)	cidades médias do interior	(56)
nessas cidades	(67)	cidades do interior do país	(56)
esse trabalho	(67)	assistência ... aos necessitados	(66)
isso	(72)	retoma o parágrafo anterior	(58-70)
nessas cidades	(73)	cidade grande, como Rio de Janeiro e São Paulo	(71)
essa <u>mudança</u>	(80)	(retoma o parágrafo anterior, (73-79) lexicalizando o conjunto por <u>mudan- ça</u> .	

### 1.3 Catáfora

o que	(10, 13)	é a existência de um outro tipo de preconceito ... preconceito de ori- gem.	
-------	----------	---	--

### 1.4 Coesão lexical (substituições)

a esse respeito	(7)	a existência de preconceitos na so- ciedade	(4)
essa população assustada	(34)	peessoas que moram em São Paulo	
seres	(34)	peessoas	(34)
gente	(38)	os nordestinos	(33)
seres humanos	(39)	peessoas com direitos	(40)
nesses lugares	(62)	cidades médias do interior do país	(54)
outros	(64)	pobres	(60)
peessoas	(23)	moradores	
coisa	(33)	dois preconceitos (de origem e de pobreza	

### 1.5 Repetição

de preconceito		(2, 4, 8)	(14, 15, 22)
o que			(10, 12, 13)
as pessoas	(9)	uma pessoa (16)	a pessoa (17)
			pessoas (23, 27, 35)
os cortiços			(45, 48)
nessas cidades			(67, 73)

### 1.6 Elipse

estamos vendo	(10)	(nós)	
conversamos	(23)	(nós)	
e enxergam	(30)	essas pessoas	(26)
Pensam que	(50)	essas pessoas	(46)
ouvi	(52)		(eu)
ocorre	(58)	nas chamadas cidades do interior	(54)
pode ... minorar	(83)	uma entidade	(78)
irá resolver	(83)	uma entidade assistencial	(78)

Esses elementos de coesão, apontados acima, têm o propósito de demonstrar o tipo de mecanismo que se pode jogar num texto para dar-lhe tessitura e organizar-lhe a coerência.

Dos casos de anáfora apontados, merecem atenção os anafóricos isso (3, 30, 37, 47, 51); esse ("esse fenômeno") e essa ("essa mudança"), que retomam os enunciados dos parágrafos anteriores a eles, observando-se, assim, a continuidade através de um retorno ao já-dito. O texto progride através da manutenção de elos morfossintáticos, sinalizando para o leitor o elemento central do discurso - preconceitos. Já o elemento catafórico o que (10-13) vem rece-

ber interpretação semântica nas linhas 13-14 - "e a existência de um outro [...] é o preconceito de origem" -, dando continuidade à interpretação com a utilização do elemento anafórico essa, que, retomando o que foi dito, prossegue esclarecendo, ratificando o que foi enunciado, encadeando os argumentos, dando assim continuidade ao discurso. Os casos de repetição são auto-evidentes e intensificam a clareza da interpretação, propiciando o aparecimento de estratégias coesivas no discurso. As ocorrências em 2, 4, 8 de "de preconceito" têm a mesma referência, ao passo que as ocorrências 14, 15 e 22 possuem outra referência, isto é, as primeiras ref. em-se a "marca", a "cor", e as segundas a "origem", a "classe social"; o mesmo não acontece com outros elementos referidos no texto.

No que se refere à(s) elipse(s), este fenômeno é relativamente bem conhecido, servindo para mostrar casos de indeterminação sintática resolvida por regras semânticas e discursivas. Nos casos listados como elipse, extraídos do texto, em geral trata-se de elipse do sujeito, ou seja, não há sujeito expreso diante do verbo, sendo sua interpretação semântica controlada pelos argumentos do verbo da oração principal.

Os mecanismos de coesão lexical, levantados no texto, são fatores de coesão textual, isto é, são elementos referentes que situam o objeto do discurso, e através deles pode-se estabelecer a referência anafórica por intermédio de termos ou expressões sinônimas, hiperônimas e hipônimas (membro de classe).

Texto 3  
A MÃO FORTE

01: Um novo personagem instalou-se de-  
02:finitivamente na vida nacional: o tra-  
03:balhador especializado. Em vinte anos a  
04:classe operária brasileira quase tri-  
05:plicou e terminará os anos 80 batendo a  
06:casa dos 20 milhões de pessoas. Já não  
07:são mais os "Trabalhadores do Brasil",  
08:a quem se dirigia paternalisticamente  
09:em seus discursos o presidente Getúlio  
10:Vargas. São cidadãos que trabalham duro  
11:para viver melhor, que desejam manter  
12:seus empregos e defender-se da infla-  
13:ção. Mola do mercado de consumo, perse-  
14:guiram o sonho do Volkswagen para os  
15:passageiros da família e do sobrado de  
16:bairro humilde.

17: A economia nacional percebeu que  
18:não se precisa deles apenas para fazer  
19:produtos, mas que eles são essenciais  
20:também para comprá-los. Decisiva nas  
21:duas pontas da transação, essa massa de  
22:trabalhadores forma uma nova base para  
23:a classe média brasileira. Se há vinte  
24:anos podia-se acreditar que uma políti-  
25:ca de arrocho salarial aumentaria a  
26:produção, agora não há como se esquecer  
27:de que, se o trabalhador fica sem di-  
28:nheiro no bolso, a mercadoria permanece  
29:na prateleira do empresário.

30: A própria política nacional já não  
31:pode ser concebida como uma sucessão de  
32:artimanhas destinadas a ludibriá-los,  
33:quer com as demagogias autoritárias da  
34:direita, quer com as ilusões radicais  
35:da esquerda.



O texto **A Mão Forte**, de Luís Dantas, apresenta um tema político-social. As condições de produção desse texto se evidenciam na proporção em que se questionam os problemas sócio-econômico-ideológicos do país, colocando-se em destaque a importância do trabalho especializado da classe trabalhadora.

A argumentatividade se apresenta de maneira explícita, atingindo o seu grau máximo, dentro de uma ordenação ideológica, em que o enunciador articula argumentos, encaminha o leitor à adesão (fazer crer) pela posição que passa a assumir com respeito "aos cidadãos que trabalham duro para viver melhor", trazendo para o interior do texto a polêmica existente na sociedade. Podemos, assim, caracterizá-lo como texto do tipo **polêmico**, com tendência para o narrativo-descritivo, onde a força dos argumentos aceitos pela sociedade de um modo geral confere superioridade ao autor. Em relação à tensão, as possibilidades de reversibilidade autor/leitor aparecem reduzidas, sendo a polissemia controlada, conduzindo o leitor ao conhecimento da idéia de que o trabalhador especializado é a nova base da classe média brasileira.

Observando os recortes enunciativos que constituem o primeiro parágrafo, encontra-se o marcador quase, que introduz um argumento mais forte, conduzindo o enunciado seguinte para o sentido pleno (universal afirmativo) - "terminar os anos 80 batendo a casa dos 20 milhões de pessoas" -, mostrando o funcionamento coesivo do texto, na medida em que os argumentos se processam em níveis gradativos. Isto se

constata pela presença do marcador de suficiência já (negado) que desempenha, argumentativamente, um papel importante, indicando mudança de referência, especificado no recorte (4) – "São cidadãos que trabalham [...] e defender-se da inflação" – estabelece uma continuidade discursiva. Desta forma, o operador já dá seqüência a uma argumentação por autoridade – "Trabalhadores do Brasil", a quem se dirigia Getúlio Vargas" – , estratégia essa que consiste em tomar como objeto de asserção um fato ou fatos que se reconhecem, que se aceitam, valorizando a argumentação. Dá-se, no caso, uma negação de determinada situação sócio-política, uma visão da mudança social que sofreu a classe trabalhadora; nega-se enunciativamente uma visão, uma representação outrora legítima. A negação aqui pertence ao esquema não... mas (SN), não se explicando o mas.

Prosseguindo, no 2º parágrafo o marcador argumentativo mas (SN) tem função polêmica, articulando uma retificação ou uma refutação, tendo a negação como antecedente – não x mas y: "A economia nacional percebeu que não se precisa deles apenas para fazer produtos (x) mas que eles são essenciais também para comprá-los (y)". Vemos assim que a negação, necessária à estrutura com o mas (SN), é a marca de uma "negação enunciativa" externa, e exprime, segundo Vogt (1989), "o movimento argumentativo de negação implicado pelo mas" (p.157). Nesse sentido, o "discurso do outro é citado como objeto de uma recusa imediata, por parte de quem o cita" (p.159).

No nosso caso, a negação se intensifica pela presença do marcador apenas, o que restringe, delimita um argumento, ao mesmo tempo que a presença do operador argumentativo também anula essa restrição, incluindo, adicionando argumentos favoráveis a uma conclusão: "essa massa de trabalhadores forma uma base para a classe média brasileira". Observe-se claramente o processo tópico/comentário que se caracteriza pela recursividade discursiva (retorno e avanço): "Decisivo nas duas pontas da transação" (tópico) na medida em que retoma o enunciado anterior como **comentário**, objetivando a progressão do texto, dentro de uma mesma linha argumentativa, articulada com o parágrafo anterior.

A partir daí, o autor passa do ato de **asseverar** para um ato de **supor**, dentro de uma realidade, ao introduzir argumentos marcados pelo operador se (paradoxo do condicional). No entanto, retoma o ato argumentativo de afirmação marcado pelo operador agora (=hoje em dia), marcador temporal, intensificando a oposição antes/depois: "Se há vinte anos [...] agora não há [...]".

O fecho do texto articula-se com o recorte anterior, retomando-o como **tópico**, num encaixamento de retorno e avanço, estabelecendo-se como comentário, marcado pelo operador injuntivo quer ... quer (=mesmo) relacionando argumentos, orientando-os para uma mesma conclusão: "A própria política nacional já não pode [...] ludibriá-los".

Assim, o texto joga, na sua argumentação, com o pano de fundo presente/passado, mostrando uma mudança que não pode ser esquecida nem pelo povo nem pelos responsáveis e governo.

## Texto 4

**MEDICINA "NATURAL" E MEDICINA "TRADICIONAL" - MITOS E FATOS**

01: Embora a medicina chamada natural esteja em grande moda,  
02: atualmente não há definição legal do que seja tal tipo de arte cura-  
03:tiva. Na verdade parece que o leigo usa o termo "natural" no que se  
04: refere a alimentos "in natura" ou sem uso pregresso de pesticidas,  
05: herbicidas ou fertilizantes. Do mesmo modo, a medicina natural não  
06: usa antibióticos, hormônios, diuréticos, analgésicos, etc. Cura com  
07: medicação simples, derivada de plantas, extratos vegetais e proce-  
08: dimentos antigos, porém eficazes. Mas a medicina tradicional também  
09: usa medicamentos extraídos de plantas e desde a época mais remota os  
10: médicos aprenderam a usar a natureza e suas artes curativas.

11: Qual o confronto? Bem, não seria aceitável que pacientes com  
12: doenças graves e evolutivas como o câncer ou Aids procurassem se me-  
13: dicar somente com extratos de ervas ou raspadas de cascas de árvore.  
14: Tal procedimento somente levaria a maior disseminação da moléstia  
15: com graves repercussões para o paciente.

16: Mas a medicina natural muito nos ensina em sua milenar sabe-  
17: doria. Na China coexiste a medicina chinesa com a tradicional, em  
18: perfeita harmonia.

19: E a alimentação natural? Todos nós a recomendamos sempre: co-  
20: mer menos alimentos gordurosos e condimentados, ingerir mais verdu-  
21: ras, frutas e saladas, carnes e peixes grelhados, evitar excesso de  
22: álcool e açúcar. Neste ponto todos estamos de acordo. As dietas ve-  
23: getarianas severas levam à carência de vitamina B12, ferro, cálcio e  
24: vitamina D, conduzindo à falta de proteínas e diminuição da capaci-  
25: dade de defesa. O uso constante de sal grosso pode levar à carência  
26: crônica de iodo, com repercussões na função da tiróide. Por outro  
27: lado, o excesso de iodo trazido pelo consumo exagerado de algas ma-  
28: rinhas foi demonstrado ser perigoso por criar condições que favore-  
29: cem inflamação crônica da tiróide.

30: Concluindo, preferimos optar que toda terapêutica, nutricional  
31: ou medicamentosa, deve ter suficiente embasamento científico pa-  
32: ra ser aplicada. Não devemos todavia, fechar os olhos às qualidades  
33: curativas que a natureza continuamente nos está apresentando.

(Editorial da Folha de São Paulo, 10 maio 1988.)

O texto em análise tem como propósito fazer crer, convencer, informar o leitor, através de argumentos e contra-argumentos usados pelo autor diante de fatos abordados pela medicina "natural" e "tradicional" – que constituem o tópico do texto. Nesse sentido, a estrutura textual é constituída de argumentos e contra-argumentos ideologicamente ordenados. Trata-se, então, de um texto do tipo argumentativo.

Traz-se para dentro do texto a polêmica existente entre medicina "natural" e/ou medicina "artificial": são utilizados argumentos fortes, mas não decisivos para produzir o convencimento do leitor. Nesse sentido, as possibilidades de reversibilidade são reduzidas, decorrentes de recursos utilizados, como as interrogações "Qual o confronto?" (2º parágrafo) e "E a alimentação natural?" (4º parágrafo), atribuindo-se respostas ao leitor, conduzindo-o à adesão pela posição de inferioridade em que é colocado, encaminhando-o para uma determinada conclusão: de que o embasamento científico é o fator de importância na aplicação deste ou daquele tratamento (objetivo).

A organização do conteúdo do texto, obedecendo aos padrões de textualidade, ocorre de modo a favorecer o processo de fazer crer do leitor, caracterizando o texto pela apresentação de um tema em torno do qual há posições divergentes na sociedade, o que o identifica como predominantemente polêmico.

Considerando o encadeamento dos argumentos de que se constitui um texto, colocaremos em estudo alguns elementos

de valor argumentativo, especialmente os operadores mas e embora, elementos que estabelecem uma relação particular entre dois conceitos ou duas proposições.

No início do 1º parágrafo, o operador argumentativo embora (1), cuja estrutura argumentativa se especifica como Embora B, A - "Embora a medicina natural esteja em grande moda (B), atualmente não há definição legal do que seja tal tipo de arte criativa (A)" -, mantém estrategicamente uma expectativa que se criou ao iniciar o argumento com o operador conjuntivo embora. Ao usar essa estratégia, o "editor" pressupõe o encadeamento como algo já dito e de seu conhecimento, induzindo assim o leitor a uma expectativa do oposto do que se está dizendo, uma vez que o operador embora nega argumentativamente à proposição em que aparece. Supõem-se, então, no encadeamento, alguns argumentos questionadores.

Dentro dos enunciados que constituem os recortes enunciativos desse parágrafo, temos também o operador mas (PA) (8) ligando duas seqüências do discurso em oposição. Entretanto nada esclarece que haja efetivamente uma oposição entre os enunciados. É o próprio texto que, através de seu movimento, institui paralelos (confrontos) como podemos constatar: "a medicina natural cura com medicação simples, derivadas de plantas, extratos vegetais [...] mas a medicina tradicional também usa medicamentos extraídos de plantas"; "qual o confronto? Bem, não seria [...] para o paciente. Mas a medicina natural [...] perfeita harmonia". Este segundo mas (16) redireciona a argumentação mostrando que se pesa avaliando tudo. Esse movimento é claro na medida em que, no

interior do 4º parágrafo, Por outro lado introduz argumento que novamente redireciona o texto.

Ressalte-se ainda a presença do operador também no final do 1º parágrafo: "mas a medicina tradicional também usa medicamentos extraídos de plantas" (18) que opera ao nível de igualar as duas proposições em termos de força argumentativa, o que reafirma o fato de que uma não se opõe à outra, mas há confronto entre as características e atuações de cada uma individualmente.

Ainda no início desse parágrafo, a presença do elemento sem (4) em "ou sem uso pregresso", que, no caso, introduz uma justificativa, indica a exclusão de um fato que poderia constituir-se em argumento contrário, argumento este sugerido na asserção anterior, através do anafórico tal, que retoma a asserção anterior, colocando-o como tópicico, especificando os argumentos seguintes como comentário (retorno e avanço).

Em "Do mesmo modo, a medicina natural" (5), a locução conjuntiva assinalada liga duas enunciações — p e q —, sendo que a asserção de p assevera a veracidade da proposição q, isto é, fundamenta-se no fato de que a verdade de p acarreta a de q, fazendo com que ela se apresente verdadeira pelo simples fato de ter sido asseverada. Esse movimento pode ser verificado no texto em análise:

- p Na verdade, parece que o leigo usa o termo 'natural' no que se refere a [...] pestecidas, herbicidas ou fertilizantes.  
Do mesmo modo,  
q a medicina natural não usa antibióticos, hormônios, diuréticos etc. [...] e procedimentos antigos, porém eficazes."

O "editor", ao se utilizar desses movimentos, toma-os como referências para desenvolver o encadeamento. Esse seqüenciador marca também a progressão e a coerência do texto, conduzindo para paralelos (confrontos) entre os dois tipos de medicina. O recorte enunciativo do 2º parágrafo vem marcado pelo anafórico tal procedimento (14), que retoma um já-dito (2º período), permitindo a continuidade discursiva.

No 4º parágrafo, "E a alimentação natural? [...] que favorecem inflamação crônica da tiróide", neste ponto (22) tem funcionamento anafórico, ao retomar, direcionar algo dito no enunciado anterior, recolocando-o em progressão, através de argumentos e contra-argumentos, especificados no texto e encadeados pelo operador por outro lado (26), que mostra outra faceta do mesmo problema, introduzindo argumentos a título de reforço, a favor de uma conclusão, que se vai dar no término do texto (opção que se faz), onde o operador todavia (32) encadeia o enunciado final de valor concessivo: de um lado, a necessidade do "embasamento científico"; de outro, a abertura para a natureza.



Texto 5

# targifor C

comprimidos efervescentes

TARGIFOR C através o aspartato de arginina é um atuante medicamento antifadiga nos diversos tipos de astenia. Sua atividade se faz tanto no plano físico e muscular, quanto no plano psíquico.

O ácido ascórbico potencializa a ação antifadiga do aspartato de arginina, particularmente na astenia relacionada com o stress.

Ao lado disso, o ácido ascórbico — em doses farmacológicas é considerado um modulador imunológico — atuando como estimulante dos mecanismos naturais de defesa do organismo.

#### composição

Cada comprimido contém:

Aspartato de l-arginina .....	1,0 g
Ácido ascórbico .....	1,0 g
Excipiente q.s.p. ....	1 comprimido efervescente

#### Indicações

Medicação antifadiga no tratamento dos diversos tipos de astenia.

Adjuvante no tratamento dos processos infecciosos.

Na convalescença das infecções em geral.

No tratamento da fadiga no stress.

#### posologia e modo de usar

Em geral, 1 comprimido duas vezes ao dia ou mais, a critério médico. Dissolver os comprimidos em melo copo d'água, de preferência, às refeições.

"Siga corretamente o modo de usar; não desaparecendo os sintomas procure orientação médica".

#### apresentação

Caixa com tubo de alumínio contendo 16 comprimidos.

SARSA



Data de fabricação, prazo de validade e  
nº de lote, vide cartucho.

DCB — Denominações Comuns Brasileiras

Reg. M.S. 0586.0052.001      C.G.C. 33.017.104/0001-68  
resp. téc. farm. Mario S. Lucas C.R.F.-7 nº 981/62  
proprietário e fabricante Laboratórios Silva Araújo-Roussel s.a.  
rua do Rocha, 155 — Rio - RJ Indústria Brasileira  
14078991 (1)

A relevância da bula de medicamento é a necessária informação ao usuário sobre a utilidade e modo de uso dos medicamentos, no caso o Tarfigor C, direcionando-o, orientando-o dentro do enfoque comunicativo de fazer-saber-fazer.

Para a consecução de seus objetivos, o sujeito-enunciador (o farmacêutico) organiza hierarquicamente as informações (há uma descrição), de modo que elas ficam sequencialmente ordenadas: propriedades do medicamento; indicações; composição; modo de utilização; contra-indicações; efeitos colaterais. A coerência na distribuição hierárquica da informação neste tipo de texto é fundamental, uma vez que informa ao leitor sobre a conveniência do medicamento e como utilizá-lo. Entretanto, as condições de produção do texto — laboratório, data de fabricação, prazo de validade e outras informações —, na sua maioria, não estão relacionadas na estrutura interna dos enunciados, mas podem ser encontradas no invólucro do medicamento. Desta forma, é preciso ressaltar a importância da leitura como um todo, uma vez que as informações contidas neste tipo de texto são determinantes para a utilização do objeto.

Quanto à forma de enunciação, as bulas farmacêuticas são descritas geralmente na 3ª pessoa, dirigindo-se ao leitor com formas verbais do indicativo, do imperativo e do infinitivo: "é um atuante"; " siga corretamente", " procure orientação médica"; " dissolver" os comprimidos", exigindo também certa transparência, ou seja, nível de compreensão do enunciado pelo receptor, para que este se identifique imediatamente com o paciente certo. Dentro desse enfoque, pode-

mos caracterizar esse tipo de texto como injuntivo (diretivo), por isto mesmo de caráter autoritário, aconselhador, com tendência à monossemia, na medida em que o enunciador dita de uma posição privilegiada, legitimando-se como conhecedor. Não há, portanto, qualquer possibilidade de debate.

Entretanto, é preciso enfatizar que tipos de textos como este contêm uma metalinguagem específica das áreas médicas e farmacêuticas, e que algumas informações temáticas e lexicais devem ser buscadas dentro da área de Ciências Biológicas, a fim de que a interação com o texto processe o maior número possível de informações.

**Áries**

21 mar/20 abr

Hora de controlar sua agressividade e canalizar positivamente suas energias. As coisas poderão melhorar, principalmente no trabalho, se você aceitar mais a opinião dos outros. Nada de assumir posições radicais. Já na vida social, o momento será de muitas alegrias. No amor, um certo clima de indefinição, embora haja muito afeto e compreensão.

**Touro**

21 abr/21 mai

O ser amado está precisando de maior atenção de sua parte. Você estará sonhadora, distraída, em pleno mundo da lua. Será necessário um pouco de esforço para se concentrar no trabalho — não é à toa que você não anda se entendendo bem com o chefe. O melhor é deixar de lado a preguiça e batalhar pela concretização de seus desejos e projetos. Os amigos estarão prontos a ajudá-la.

**Gêmeos**

22 mai/21 jun

Chances de encontrar um novo amor ou de mudanças no seu relacionamento atual. No trabalho, tudo vai estar caminhando do jeito que você queria. Cuidado apenas com os gastos excessivos. A vida social estará intensa, e você vai adorar sair à noite. Aproveite o momento para resolver qualquer problema na família. Cuide da saúde (faça ginástica) e não abuse da comida.

**Câncer**

22 jun/ 22 jul

Possibilidade de maior harmonia no amor, o que vai ajudá-la a se entender um pouco mais com você mesma. No trabalho, não adianta brigar e reclamar só porque seus planos não deram certo; antes, reformule sua rotina, criando novos projetos. Procure viajar: o contato com a natureza lhe fará muito bem. E o período é indicado para praticar exercícios físicos.

**Leão**

23 jul/22 ago

Vida social marcada por novas amizades e muita animação. Uma viagem a negócios poderá projetá-la mais profissionalmente. Com sua rapidez de raciocínio, você será capaz de convencer as pessoas de tudo. Felicidade junto à pessoa amada. Vantagens materiais vão levá-la a querer mudar toda a arrumação de sua casa. Não se esqueça de meditar um pouco. Saúde boa, só não exagere na bebida.

**Virgem**

23 ago/22 set

Sua tendência é levar tudo muito a sério, mas procure ser mais flexível neste período. O melhor é trocar idéias com pessoas em quem você confia e tentar relaxar um pouco. Estabilidade no trabalho. Por isso mesmo, a hora é de investir na criatividade e bolar novos projetos. Não descuide do ser amado. Os amigos poderão ajudá-la a ser mais sociável nesta fase. Dê longas caminhadas para espantar o stress.

**Libra**

23 set/22 out

Quem sabe, libertando-se da opinião dos outros, você não se sentiria uma pessoa mais independente? O Sol está em seu signo e vem lhe trazer um grande senso de justiça e distanciamento em suas opiniões. Sorte nos negócios. No trabalho, seu valor será finalmente reconhecido, o que a deixará mais confiante. Qualquer mudança lhe fará bem neste momento. Feliz aniversário!

**Escorpião**

23 out/21 nov

Forte interesse em assuntos místicos e vontade de participar de grupos esotéricos. Você estará exercendo um certo fascínio sobre o sexo oposto e se sentirá tentada a buscar um amor mais profundo e sincero. No trabalho, é hora de procurar novos desafios, esquecendo de vez a ansiedade e a preguiça provocadas pela rotina. Saúde carente de cuidados.

**Sagitário**

22 nov/21 dez

Momento nada propício para fazer investimentos duvidosos; é melhor economizar. Possibilidades de mudança de emprego. Vontade de estudar mais, de realizar trabalhos intelectuais. Você será capaz de unir as pessoas num clima de camaradagem. Boa disposição para a vida social e também para viajar. Dê mais atenção à saúde e pratique esportes.

**Capricórnio**

22 dez/20 jan

No amor, o clima será de compreensão e romantismo. Já no trabalho, parece que seus esforços para cumprir todas as suas obrigações não deram resultado. Mas não se desespere, nem se feche para as outras pessoas: é mais fácil buscar outras saídas para seus problemas. Procure se aproximar mais de seus familiares e controlar sua agressividade. Um pouco de bom humor pode fazer as coisas melhorarem.

**Aquário**

21 jan/19 fev

Devido ao seu enorme desejo de liberdade, você pode estar perdendo companhias muito agradáveis. Haverá uma certa carência afetiva motivada por sua falta de paciência. No trabalho, tudo vai bem; seus colegas terão prazer em ficar perto de você, devido à sua animação. Apenas cuide para não se considerar a dona da verdade. Saúde boa.

**Peixes**

20 fev/20 mar

Tente deixar de lado o pessimismo nesta fase. Vontade de fazer mudanças em sua vida e de criar novo estímulo para levar a cabo seus projetos. O melhor é ir em frente com objetividade e paciência. Vida amorosa em fase neutra — você estará mais inclinada a ficar sozinha. Evite fazer gastos desnecessários. Saúde carente de cuidados

O horóscopo constitui-se num texto do tipo preditivo/ /injuntivo marcado pela presença de um sujeito/enunciador que procura induzir, doutrinar, orientar o leitor através de argumentos de asserções futuristas, onde o fazer-creer e/ou poder-dever vêm respaldados por prenúncios de eventos, situações e previsões de comportamentos futuros, com base em deduções lógicas ou por simples causalidade. Nesse sentido, o poder do texto está no seu conteúdo, não havendo em relação ao autor/leitor nenhuma possibilidade de reversibilidade, uma vez que o leitor se coloca em posição de inferioridade, de um "desviado" da situação, diante de enunciados marcadamente autoritários, constituídos por tempos verbais do presente, do infinitivo (no relato do hoje, agora) e tempo com perspectiva de prospecção, como vemos em:

(Áries)

"Hora de controlar sua agressividade..." (hoje)

"As coisas poderão melhorar..." (futuro)

(Touro)

"... você não anda se entendendo bem com o chefe ..." (hoje)

"Os amigos estarão prontos a ajudá-la." (futuro)

(Gêmeos)

"Chances de encontrar um novo amor ..." (hoje)

"A vida social estará intensa ..." (futuro)

(Câncer)

"... no trabalho ... reformule sua rotina" (hoje)

"... o contacto com a natureza lhe fará bem." (futuro)

Do ponto de vista enunciativo a autora prescreve comportamentos através de eventos seqüencialmente ordenados: Amor, Trabalho, Amizade e Saúde.

"Possibilidade de maior harmonia no amor; no amor o clima será de compreensão [...]. O ser amado está precisando de maior ..."

"As coisas poderão melhorar [...] no trabalho.

"Será necessário [...] para se concentrar no trabalho."

"No trabalho, não adianta brigar..."

"Os amigos estão prontos a ajudá-la".

Vida social marcada por novas amizades".

"Você será capaz [...] num clima de camaradagem!"

"Cuide de sua saúde (faça ginástica)."

"... saúde carente de cuidados ..."

"Dê mais atenção à saúde ..."

Vemos, assim, que esses eventos favorecem a absorção e a conseqüente adoção de uma percepção da realidade, buscando através delas chegar a uma determinada conclusão, procurando outro(s) comportamento(s).

Observando a organização do conteúdo do texto, procuramos analisar alguns marcadores argumentativos, deixando outros sem mencionar, por terem sido analisados anteriormente nos textos apresentados. Assim, em Áries, temos o marcador condicional se ligando dois enunciados (p e q), dizendo que o conseqüente "(se) você aceitar mais a opinião dos outros" (q) é condição necessária do antecedente "as coisas poderão melhorar, principalmente no trabalho" (p). Já em "no amor, um certo clima de indefinição (A) embora haja muito afeto (B)", a presença do operador embora (A embora B) impede o interlocutor de tirar conclusões a partir de A, como, por exemplo: "você será infeliz; não há amor entre vocês

etc., isto é, essa antecipação não acontece porque o embora mantém o argumento (A) como válido, mesmo apresentando outro argumento favorável à conclusão oposta. Em "Será necessário um pouco de esforço para se concentrar no trabalho", o operador argumentativo um pouco orienta o enunciado para uma afirmação plena (=maior, muito), isto é, delimita quantitativamente um julgamento possível: "é preciso maior esforço".

Vemos, assim, que textos do tipo preditivo, como os horóscopos ou profecias, possuem essas características que os diferenciam de outros textos. A organização do conteúdo, sua construção lingüística, sua modalização basicamente montada com poder, ser capaz, querer, dever/ser necessário, ocorrem de modo a favorecer o processo de persuasão do leitor, conduzindo-o ao convencimento. Os conselhos se apresentam praticamente como requisitos para a busca da felicidade (condicional: Se você deseja X, então faça). Na medida em que são emitidos por uma autoridade na matéria (reconhecida por muitos); que jogam com lugares específicos marcados na cultura; e que se fundamentam em um saber exotérico, exercem forte atração sobre a personalidade, sobretudo em momentos de insegurança.

## Texto 7

### TECNOLOGIA: OS CAMINHOS DO FUTURO<sup>1</sup>

A vida na Terra sofre mudanças cada vez mais rápidas dos poderosos supercomputadores, capazes de processar bilhões de informações por segundo. Robôs inteligentes pensam e decidem por si mesmo, enquanto bactérias criadas pela engenharia genética fabricam plástico biodegradável. Na busca da inteligência artificial, os chips de silício, que movem os computadores de hoje, dão lugar aos chips de matéria biológica, que imitam o funcionamento do cérebro humano. É o Homem desafiando as fronteiras da ciência para criar o seu novo mundo.

Invadindo todas as áreas de atuação do homem, chips, computadores e robôs executam com rapidez e precisão tarefas que muitos ainda consideram impossíveis de serem realizadas, como o robô que manobra carro num estacionamento americano.

Pesquisadores de todo o mundo trabalham em projetos que desenvolvam a chamada inteligência artificial. Um dos maiores avanços neste sentido é o ARI, um robô com capacidade de escolha e aspecto físico semelhante a parte superior do corpo humano.

Enquanto a biotecnologia invade a vida do ser humano com inovações, como a criação de um gene, que, implantado em micróbios, os capacitará para a produção de plásticos, a medicina junta-se à robótica, com a criação das próteses ativas, que restabelecem o mo-

vimento dos membros, através de dispositivos implantados nos músculos.

Graças à tecnologia digital e à interação de sistemas, trabalho, estudo e entretenimento concentram-se cada vez mais dentro do ambiente doméstico. Praticidade, funcionalidade e conforto são as regras do jogo. Todas essas inovações modificam os hábitos humanos: a revolução eletrônica chegou e parece que tão cedo não irá nos deixar.

### FEITO CRIANÇA<sup>2</sup>

Qualquer criança, ao olhar uma estrutura de blocos tipo Lego, consegue montar outra igual. Mas o que não requer prática e tampouco habilidade para um humano pode ser tarefa das mais complicadas para um robô.

Por isso, cientistas japoneses estão entusiasmados com o robô ARI, sigla em inglês de Assembly Robot with Intelligence, ou Robô de Montagem com Inteligência, capaz de reproduzir construções de bloquinhos como um garoto. Essa atividade, aparentemente simples, exige que o robô, a partir de qualquer imagem que capte com suas câmaras de vídeo, selecione as peças e use os braços mecânicos para colocá-las nas posições corretas. Os cientistas apostam que, depois de passar pelo difícil teste dos bloquinhos sem precisar de auxílio humano, ARI pode montar qualquer coisa e por isso deverá ser usado em breve na indústria.

<sup>1</sup> VEJA, n.13, mar.1989, edição 1.073. Suplemento Publicitário.

<sup>2</sup> SUPERINTERESSANTE, v.2, n.6, jun.1986.



A informatividade desse tipo de texto — texto expositivo ou explicativo — está estritamente condicionada aos propósitos do sujeito enunciador, na forma como caracteriza os objetos a serem conhecidos pelo leitor, dentro do enfoque comunicativo do fazer-saber. Do ponto de vista da relação autor-leitor, a possibilidade de reversibilidade não é grande, uma vez que o leitor está condicionado à legitimidade (científica) do que é enunciado. O fenômeno da intertextualidade explicitado no texto parte do geral para a especificação dos objetos dentro de uma ordenação lógica, apresentando argumentos numa seqüência explicativa, retornando ao já-dito, evidenciando assim o fenômeno tópico/comentário no texto (cf. texto). A linguagem — caracterizada pelo poder de desvelar a realidade e a potencialidade do homem — apresenta fatos, faz previsões, induz o leitor a ampliar o seu universo cognitivo. Nesse sentido, o texto tem início no destinatário/leitor e a ele retorna, caracterizando-se por seu efeito de monólogo e, conseqüentemente, **autoritário**, de caráter monossêmico, impedindo assim a possibilidade de interpretações múltiplas.

A organização do conteúdo do texto, sua construção lingüística ocorre de modo a favorecer o processo de coesão e coerência, concentrando sua relevância na identificação e caracterização dos objetos a serem conhecidos pelo leitor, com enunciados marcados por recursos estilísticos individuais: extensão de períodos; uso de vocabulário (chips, robôs, ARI, robótica etc.) pertinente ao leitor potencial do texto, que deve ter, pelo menos, informação sobre o assunto (tecnologia).

Observando os recortes enunciativos que constituem o texto, encontramos no 3º parágrafo o sintagma anafórico nesse sentido, que retoma, direciona o enunciado anterior, introduzindo uma conceituação dos elementos retomados (projetos de desenvolvimentos de inteligência artificial, colocando-se como tópico, desencadeando assim um novo comentário. Em seguida, deparamos com o marcador temporal enquanto, iniciando o parágrafo 4º, ligando argumentos, orientando-os para uma mesma direção (concomitância, correspondência de objetivos - "Enquanto a biotecnologia invade a vida do ser humano [...] a medicina junta-se à robótica ..." (hipotaxe), explicitando, esclarecendo através de enunciados marcados pelos sintagmas como/com - "... invade a vida do ser humano com inovações como a criação de um gene [...] a medicina junta-se à robótica, com a criação de próteses ativas ...", dando seqüência aos enunciados ordenados dentro de uma equivalência temporal, já marcados no início do parágrafo.

Novamente, o anafórico essas inovações retoma os enunciados (início do parágrafo 5º) apresentando argumentos retomados como comentário. Vemos assim que o fecho do texto, marcado pelo enunciado "A revolução eletrônica chegou e parece que tão cedo não irá nos deixar", sintetiza o desenvolvimento informativo do texto e poderia, como tal, na tessitura do texto, ter aparecido no início.

Para melhor podermos explicitar o fenômeno da intertextualidade, lançamos mão do texto "Feito criança", contextualizado no 2º parágrafo do texto anterior (cf. texto: "Tecnologia: os Caminhos do Futuro"), que faz emergir todo o

potencial do objeto definido naquele texto. Assim, dentro dos recortes enunciativos que determinam o 1º parágrafo desse texto, temos um mas (PA) ligando duas seqüências enunciativas em oposição – "mas o que não requer prática [...] pode ser tarefa das mais complicadas" –, e se justifica no parágrafo seguinte, através do movimento argumentativo de retorno ao já-dito, marcado pelo anafórico por isso, que, retomando o enunciado anterior, redireciona a argumentação, mostrando que se pode avaliar em termos de atividade. Esse movimento torna-se claro na medida em que o sintagma anafórico essa atividade, ao retomar os argumentos apresentados anteriormente (tópico), introduz novos argumentos que explicitam a redirecionam o texto (comentário).

Ressalte-se, ainda, a presença do marcador sem em "sem precisar de auxílio humano", que introduz uma justificativa, indicando a exclusão de um fato que se poderia constituir em um argumento contrário sugerido no parágrafo anterior, através do operador mas. Tal justificativa se constata pela presença do anafórico por isso, que, retomando a asserção anterior, define de forma a acentuar a importância do objeto (ARI) para o desenvolvimento industrial.

Vemos, assim, que o texto analisado é um exemplo da intertextualidade, presente em todo e qualquer texto, e que os diferentes tipos aqui analisados buscam proporcionar ao aluno o acesso às diversas formas de textos e, com base na análise das condições de produção e de recepção de todo o tipo de texto, desenvolver sua capacidade de raciocínio, sendo capaz de imitar, representar, criar, verbalizar e for-

mular hipóteses e até contrapor-se a elas, a partir de fatos observados, indo, assim, ao encontro de objetivos que se supõem desejáveis para a educação.

## CONCLUSÃO

Numa visão cristalizada de problemas do ensino/aprendizagem do português, abordamos, em nosso trabalho, os conhecidos e permanentes problemas que afetam o ensino secundário, decorrentes de inúmeros aspectos que se resumem, nos dias de hoje, na hipertrofia que atinge a escola e outras instituições sociais, intensificados pelos inúmeros tipos de profissionais em atividade no setor educacional.

O presente trabalho não propõe soluções para uma mudança, mas uma reflexão sobre a linguagem em seu funcionamento concreto, que faz do ato de enunciação a base para a interpretação e compreensão do discurso.

Procuramos fazer prevalecer, aqui, a importância da compreensão do texto ao explicitar os conceitos de texto e discurso, fornecendo recursos para uma maior exploração textual, pondo em destaque os aspectos semânticos, pragmáticos e argumentativos da linguagem — o que nos encaminha para a análise textual, focalizando elementos e aspectos relativos à textualidade, permitindo chegar a uma inteligência mais aprofundada do texto.

Ressalte-se que os textos aqui apresentados são apenas uma amostra da tipologia abordada na parte teórica deste

trabalho e constituída de conjuntos curtos, sendo porém possível trabalhar com textos mais longos que exigirão leituras mais complexas e análises mais profundas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albanese, Carolina Massi (1986). **L'enunciazione del narratore in Menzogna e sortilegio e nella storia di Elza Morante.** Curitiba. Tese, Professor Titular, Universidade Federal do Paraná.
- Ali, Said M. (1957). **Dificuldade da língua portuguesa.** 5.ed. Rio de Janeiro, Acadêmica.
- Almeida, Napoleão M.de (1964). **Gramática Metódica da Língua Portuguesa.** São Paulo, Saraiva.
- Bakhtin, Mikhail (Volochinov) (1981). **Marxismo e filosofia da linguagem.** Trad.Michel Lahud e Iara T.Teixeira. São Paulo, Hucitec.
- Barreto, Mário (1980). **Novíssimos estudos de língua portuguesa.** Brasília, Presença.
- Bechara, Evanildo (1982). **Moderna gramática portuguesa.** São Paulo, Editora Nacional.
- Barros, Diana L.Pessoa de (1988). **Teoria do discurso: fundamentos semióticos.** São Paulo, Atual.
- Câmara Júnior, Joaquim M. (1979). **História e estrutura da língua portuguesa.** 2.ed. Rio de Janeiro, Padrão.
- Chauí, Marilena (1984). **O que é ideologia.** São Paulo, Brasiliense.
- Charolles, Michel (1988). **Introdução aos problemas da coerência dos textos.** In: Galves, Charlotte et alii, orgs. **O texto: escrita e leitura.** São Paulo.
- Citelli, Adílson (1986). **Linguagem e persuasão.** São Paulo, Ática. Série Princípios.
- Chomsky, Noam (1975). **Aspectos da teoria da sintaxe.** Trad. J.A.Meirelles e E.P.Raposo. Coimbra, Sucessor.
- Cunha, Celso (1976). **Gramática do português contemporâneo.** Belo Horizonte, Bernardo Alvares.
- Ducrot, Oswald (1972). **Princípios de semântica lingüística: Dizer e não dizer.** São Paulo, Cultrix.
- \_\_\_\_\_ (1980). **Provar e dizer. Leis lógicas e leis argumentativas.** Trad.Maria Aparecida Barbosa et alii. São Paulo, Global.

- Ducrot, Oswald (1987). *O dizer e o dito*. Trad. Eduardo Guimarães. São Paulo, Pontes.
- \_\_\_\_\_. (1989). Argumentação e "topoi" argumentativos. In: Guimarães, Eduardo, org. *História e sentido na linguagem*. Campinas, Pontes, p.13-38.
- Fávero, Leonor Lopes & Koch, E.G. Villaça (1983). *Linguística textual; introdução*. São Paulo, Cortez.
- \_\_\_\_\_. (1986). O operador "embora": uma hipótese argumentativa. *O Histórico e o Discursivo* (Publ. Curso de Letras das Faculdades Integradas de Uberaba), 12:58-63. Série Estudos.
- \_\_\_\_\_. (1987). Contribuição a uma tipologia textual. *Letras & Artes*, Rio de Janeiro, 1(3):3-9.
- Freire, Paulo (1986). *A importância do ato de ler*. São Paulo, Cortez.
- Genouvrier, Emile & Peytard, Jean (1974). *Linguística e ensino do Português*. Trad. Rodolfo Ilari. Coimbra, Livr. Almedina.
- Geraldi, J. Wanderley (1981). Tópico: comentário e orientação argumentativa. In: Orlandi, Eni P. et alii. *Sobre a estruturação do discurso*. Campinas, IEL.
- Guimarães, Eduardo R.J. (1986). Polifonia e tipologia textual. In: Fávero, Leonor & Paschoal, Mara S.Z., orgs. *Linguística textual/ texto e leitura*. São Paulo, EDUSC. Cadernos PUC (22):75-87.
- \_\_\_\_\_. (1981). Estratégias de relação e estruturação do texto. In: Orlandi, Eni P. et alii. *Sobre a estruturação do discurso*. Campinas, IEL.
- \_\_\_\_\_. (1987). *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas, Pontes.
- Grice, H.P. (1982). *Lógica e conversação*. In: Dascal, M., org. *Fundamentos metodológicos da linguística*. Campinas. v.5.
- Hauy, Amini Boainain (1986). *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*. São Paulo, Ática.
- Ilari, Rodolfo & Geraldi, J. Wanderley (1985). *Semântica*. São Paulo, Ática. Série Princípios.
- \_\_\_\_\_. (1987). Algo mais sobre - não só ... mas também. *Revista Delta*, São Paulo, 3.1.
- \_\_\_\_\_. (1988). Mesa-redonda: O que significa "ensinar" língua materna? In: Sanfelice, J.L., org. *A universidade e o ensino de 1º e 2º graus*. São Paulo, Papirus.
- Ikeda, Sumiko, N. (1988). A relação produção/compreensão. *Revista Delta*, São Paulo, (4):193-223.
- Koch, Ingedore G. Villaça (1983). Argumentação e autoridade polifônica. *Sobre Pragmática* (Publ. Curso de Letras das Faculdades Integradas de Uberaba), (9):66-72. Série Estudos.



- Kempson, Ruth M. (1977). **Teoria semântica**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar Ed.
- Lapa, Manoel Rodrigues (1987). **Discurso, texto e significação: uma teoria do interpretante**. São Paulo, Cultrix.
- Maingueneau, D. (1989). **Novas tendências em análise do discurso**. Trad. Freda Indusky. Campinas, Pontes.
- Orlandi, Eni Pulcinelli (1983). **A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso**. São Paulo, Brasiliense.
- \_\_\_\_\_ (1987). **A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso**. 2.ed. rev. e aumentada. Campinas, Pontes.
- \_\_\_\_\_ (1988). **Discurso e leitura**. São Paulo, Cortez.
- Pêcheux, M. (1975). **Analyse (du discours; langue et idéologie)**. Paris, Langages (37).
- Pontes, Eunice S. Lima (1987). **O tópico no português do Brasil**. São Paulo, Pontes.
- Sacconi, Luís Antonio (1982). **Nossa gramática; teoria e prática**. São Paulo, Atual.
- Salzedas, Nelyse Aparecida M. (1986). **Conceito de texto**. In: ANAIS DE SEMINÁRIO DO GEL, 12., Lins. Faculdade Auxilium de Filosofia, Ciências e Letras - Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo.
- Schmidt, J. Siegfried (1987). **Linguística e teoria do texto**. São Paulo, Pioneira.
- Silveira, Regina C. Pagliuchi da (1986). **Um conceito de texto**. In: Fávero, L. & Paschoal, M.S.Z., orgs. **Linguística textual; texto e leitura**. São Paulo, EDUC. Cadernos PUC.
- Simões, Frutuoso D. (1986). **Por uma abordagem textual no ensino do português**. Florianópolis. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Tezza, Cristóvão (1988). **Discurso poético e discurso romanesco na teoria de Bakhtin**. In: Faraco et alii. **Uma introdução a Bakhtin**. Curitiba, Hatier.
- Vogt, Carlos (1977). **O intervalo semântico**. São Paulo, Ática.
- \_\_\_\_\_ (1980). **Linguagem, pragmática e ideologia**. São Paulo, Hucitec.